

REVISTA PORTUGUESA de HISTÓRIA

tomo XXXIII

Portugal e Brasil
Rotas de Culturas
Volume II



COIMBRA 1999
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

MISCELÂNEA

No início da cooperação europeia do pós-guerra O Pacto de Bruxelas e as reacções em Portugal

ANTÓNIO MARTINS DA SILVA
Universidade de Coimbra

Se os povos acolheram com algum entusiasmo as declarações do imediato pós-guerra favoráveis à unificação da Europa¹, o mesmo não se pode dizer dos governos, que, de um modo geral, se mantiveram prudentes, quer, num primeiro tempo, através de uma atitude de reserva ou mesmo de silêncio face a algumas declarações mais ousadas e comprometedoras, quer, numa segunda fase, agindo de uma forma cautelosa mediante iniciativas de carácter bilateral ou de simples e vaga cooperação intergovernamental.

¹ Sobre o assunto ver António Martins da Silva, «A ideia de Europa unida no pós-guerra (1945-1948)», in *Revista de Comunicação e Jornalismo*, nº 1, Coimbra, Faculdade de Letras, (em vias de publicação); e também idem, «Portugal e o movimento para a unidade europeia no pós-guerra (1945-1948): reacções e tomadas de posição», in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXII (1997-1998), pp. 449-487.

Logo no dia subsequente ao famoso discurso de Churchill, em Zurique, a delegação britânica presente na Conferência de Paris apressou-se a informar, em 20 de Setembro, as restantes delegações - muitas das quais não acolheram com agrado a declaração daquele antigo Primeiro ministro - que as palavras que este proferiu na Suíça, sendo ele elemento da oposição, apenas o comprometiam a si próprio e não representavam de modo algum o sentir do executivo britânico; por sua vez, a convicção generalizada dos observadores diplomáticos naquela conferência era de que o discurso de Churchill «foi pelo menos inoportuno»².

Apesar de Churchill aguardar que o governo britânico fizesse uma declaração pública de apoio à sua proposta, a verdade é que tal não aconteceu nos meses subsequentes, dada a melindrabilidade de alguns aspectos do seu discurso, em particular na sugestão por este avançada de que a França deveria estender lealmente a mão à Alemanha, o que foi geralmente mal recebido pela opinião pública francesa e mereceu acerbos comentários por parte da imprensa gaulesa³.

Da Holanda chega uma condenação expressa sobre a possibilidade da criação de uma federação europeia e da constituição de um bloco ocidental. Segundo declarações feitas no parlamento, a 30 de Dezembro, na Haia, pelo ministro dos negócios estrangeiros, a primeira é considerada inoportuna, sendo antes preferível «resolver as divergências entre a Europa do oriente e a do ocidente», e o segundo «não é de molde a melhorar as divergências ideológicas entre certos aliados» porque «a formação de um bloco pode levar à constituição de outro, de onde resultaria uma formação de grupos de potências alinhadas umas contra as outras»⁴.

² *Diário de Notícias*, n° 28953, de 21/9/1946, p. 5.

³ *Ibidem*, n° 29051, de 31/12/1946, p. 5.

⁴ *Ibidem*, n° 29023, de 1/42/1946, p. 5.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

A 15 de Janeiro de 1947 noticiam-se as conversações entre Léon Blum, chefe do governo francês, Clement Atlee e Ernest Bevin, Primeiro ministro e ministro dos negócios estrangeiros britânicos, respectivamente, pelas quais se chegou a acordo sobre o estabelecimento de um tratado de aliança entre a França e a Grã-Bretanha, com o objectivo de evitar qualquer nova agressão alemã e preservar a paz e segurança mundiais⁵.

A 26 de Março revelam-se pormenores sobre um projecto, apoiado pelos governos, para a criação de uma «Liga Independente de Cooperação Europeia» e da organização em curso de um congresso da mesma, a realizar em Junho próximo no Luxemburgo. A liga, que seria composta por um conselho central (presidido pelo antigo primeiro ministro belga Van Zeeland) e por comissões nacionais, já constituídas nalguns países, teria como finalidade apressar a reconstrução europeia, fomentando uma estreita cooperação económica e cultural entre os países da Europa e colaborando com as organizações operárias e com a ONU e a UNESCO⁶.

É de uma forma alarmante que o ministro britânico da aeronáutica apela, a 26 de Maio, no congresso do partido trabalhista e na qualidade de presidente da comissão executiva do mesmo partido, para a necessidade imperiosa, face ao adensamento do clima internacional, de se criar uma Europa unida, mas na base essencialmente da cooperação económica entre os continentes: «devemos estabelecer [disse] novas relações, relações de igualdade e de confiança entre os países ocidentais, entre os povos europeus e americanos e outros povos do Mundo. Quem tenha seguido os trabalhos da organização das Nações Unidas e os debates intensos que se desenvolveram não pode duvidar de que nos encontramos em face do problema mais grave do século em que vivemos. [...]

⁵ *Ibidem*, nº 29066, de 16/1/1947, p. 1 e 5. Essa aliança entre a França e a Grã-Bretanha viria a resultar no Tratado de Dunquerque em 4 de Março de 1947, de que se fala mais adiante.

⁶ *Ibidem*, nº 29134, de 27/3/1947, p. 5.

De vemos evitar que a Europa se divida em duas partes, como já aconteceu duas vezes nos últimos 50 anos»⁷. Mais peremptório, o chefe da diplomacia britânico, Ernest Bevin, pronuncia-se, a 29 de Maio, no referido congresso do partido trabalhista, contra a possibilidade de uma qualquer federação europeia antes que outros problemas fossem resolvidos, não estando ele disposto a colocar os interesses britânicos num monte, deixando que os outros se aproveitem das circunstâncias: «Não vale a pena falar de uma federação europeia, desta Europa ou daquela Europa, antes de ter tratado do problema alemão, e saber exactamente por onde vai a Alemanha. Estou de acordo com alguém que disse que a Europa tinha de progredir conjuntamente. Não podemos impor qualquer coisa de cima»⁸.

Do Pacto da União Ocidental ao Pacto do Atlântico

Os antecedentes do Tratado de Bruxelas, que criou, em 17 de Março de 1948, a União Ocidental, remontam ao Tratado de Dunkerque, celebrado, cerca de um ano antes (4 de Março de 1947), entre a França e a Grã-Bretanha. O primeiro seria, na prática e não formalmente, uma extensão do segundo aos três países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), mas enquanto este visava ainda e sobretudo a possibilidade de uma nova e futura agressão por parte da Alemanha, aquele era já o resultado da tensão criada com a emergência do que viria a designar-se por “guerra fria”.

Com efeito, as declarações e os esforços conducentes a uma união mais alargada datam apenas dos inícios de 1948, no contexto do agravamento das relações leste-oeste. Em 22 de Janeiro, Bevin, num

⁷ *Ibidem*, n.º 29194, de 27/5/1947.

⁸ *Ibidem*, n.º 29127, de 30/5/1947, p. 1 e 5.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

discurso que proferiu sobre a política externa britânica na Câmara dos Comuns, denunciou a política de obstrução sistemática por parte da Rússia, que tomou inviável qualquer hipótese de colaboração; e propôs, na sequência de anteriores diligências anglo-francesas feitas em Bruxelas, a constituição de um pacto (*Western Union*) entre cinco países (Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo). Este pacto, embora devesse ser constituído inicialmente pelo núcleo dos cinco Estados referidos, não excluía a possibilidade da comparticipação, numa fase posterior, de outros países da Europa ocidental e poderia ser considerado, segundo Bevin, como um passo no sentido duma possível União Europeia: «A ideia [escreve, a 26 de Janeiro, o Embaixador de Portugal em Londres] é, evidentemente, audaciosa e encerra problemas complexos e delicadíssimos. Por esta razão, certamente, nem o Primeiro Ministro nem o Senhor Bevin quiseram ir mais além do que esboçá-la [...]. Limitaram-se a lançar a semente à terra para ver se brota, como brota e evolui»⁹.

As reacções por parte dos três Estados visados foram geralmente favoráveis. Paul-Henri Spaak, primeiro-ministro belga, declarou esperar que a proposta britânica provocasse uma onda de solidariedade e de cooperação em toda a Europa Ocidental¹⁰. A 27 de Janeiro, num discurso que pronunciou na Associação dos Jornalistas Belgas, criticou severamente a política soviética de intransigência e de intolerância, renunciadora «de um mundo no qual seria verdadeiramente impossível viver», e manifestou-se a favor da proposta do estabelecimento da União Ocidental, ideia que se tentou evitar durante três anos «para não despertar a susceptibilidade da Rússia»; e declarou ainda o seguinte: «O discurso do Senhor Bevin significa: estão dispostos a participar num bloco

⁹ Ofício com data de 26/1/1948, da Embaixada de Portugal em Londres endereçado ao governo português, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), 2P/A50/M35.

¹⁰ Telegrama da legação de Portugal em Bruxelas, de 26/1/1948, MNE, AHD, 2P/A50/M37.

ocidental? Vamos assumir outra atitude ou vamos tentar tomar, no que respeita à Bélgica e à Europa ocidental, uma posição comparável à que tinha a Bélgica antes da guerra? Creio que é chegado o momento de optar e que é indispensável fazê-lo [...]»¹¹. Por sua vez, Joseph Bech, ministro dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo, disse que, tal como na Bélgica, as reacções desfavoráveis surgiram apenas do lado dos comunistas, para além de algumas reservas por parte dos socialistas de extrema esquerda que temiam a possibilidade de tal aliança poder vir a servir os interesses dos Estados-Unidos, preferindo eles que a Europa desempenhasse um papel de equilíbrio como terceira força a interpor-se entre os imperialismos americano e russo. Todavia, as reacções dos países escandinavos, Suécia, Noruega e Dinamarca, não foram entusiastas, porque temiam, segundo disse o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, que tal associação de Estados hostilizasse Moscovo, fazendo correr o risco de a Finlândia cair sob o domínio russo^{11 12}; mais condescendente, o seu homólogo norueguês, de acordo com o telegrama expedido pela Legação de Portugal em Oslo, «mostrou-se favorável à união a que se referiu Bevin, pois, conforme me disse, dará à Europa ocidental uma posição de equilíbrio entre Estados Unidos e Rússia», mas acrescentou que a posição oficial do seu país seria tomada apenas após a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Suécia e Dinamarca, a realizar a 23 de Fevereiro em Oslo, onde «se discutirá além do plano Marshall a posição destes países sobre a política enunciada por Bevin»¹³.

¹¹ Ofício com data de 27/1/1948, do Ministro de Portugal na Legação da Bélgica, Eduardo Vieira Leitão, endereçado ao governo, MNE, AHD, 2P/A50/M35.

¹² Telegrama da legação de Portugal em Bruxelas, de 26/1/1948, MNE, AHD, 2P/A50/M37.

¹³ Telegrama da Legação de Portugal em Oslo, recebido a 4 de Fevereiro, MNE, AHD, 2P/A50/M35.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

Em 13 de Fevereiro o general Marshall, preocupado com a aprovação nos Estados Unidos do plano de ajuda à Europa e desejando indispensavelmente que os europeus encontrassem uma forma de união para que o plano pudesse ser viabilizado, regozija-se com a apresentação pública recente da proposta de Bevin para a criação de uma União da Europa Ocidental¹⁴, dizendo ser «a nossa grande esperança»¹⁵. De um modo geral a reacção americana «à iniciativa de Bevin [escreve, em 27 de Janeiro, o embaixador português em Washington] visando a uma maior integração da Europa ocidental foi decididamente favorável, tanto no meio oficial como naquela imprensa interessada na Europa e no êxito do European Recovery Program». O *Washington Post*, por exemplo, evidenciou, em editorial de 24 de Janeiro, a importância da proposta britânica de União Ocidental e considerou que os Estados Unidos deviam manifestar todo o seu apoio à integração da Europa, pois seria ilusório pensar que «uma Europa ocidental consolidada é tudo quanto precisamos para podermos descansar neste continente americano com a nossa segurança garantida»; houve mesmo quem, mais veementemente, observasse que a iniciativa de Bevin já deveria ter sido tomada e empreendida há mais tempo e que peca por ser «cautelosa e hesitante», porque a unidade da Europa já deveria ter sido «efectivamente iniciada e estar em processo de desenvolvimento», tendo os Estados Unidos feito mais em matéria de auxílio à Europa do que esta no sentido da unidade e da cooperação¹⁶.

¹⁴ Bevin discursou em 22 Janeiro de 1948 em favor de uma união ocidental, apresentando um projecto anti-soviético em que se utilizavam expressões, tais como «uma espécie de federação ou «de união espiritual» do ocidente contra a Rússia, que não foram do inteiro agrado dos franceses e dos belgas (in Gérard Bossuat, *Les fondateurs de VEurope*, Paris, 1994, p. 120).

¹⁵ *Diário de Notícias*, nº 29451, de 14/2/1947, p. 1 e 5.

¹⁶ Of.º de 27/1/1948, da Embaixada de Portugal em Washington para o governo português, MNE, AHD, 2P/A50/M35.

Tendo como pano de fundo o golpe de Praga, nos finais de Fevereiro, a imprensa portuguesa dá conhecimento, a 2 de Março, da reunião, a realizar em Bruxelas no dia seguinte, dos representantes dos ministérios dos estrangeiros dos três países do Benelux para discutirem a proposta anglo-francesa de criação da «União da Europa Ocidental», devendo na sequência imediata ter lugar uma reunião com os representantes destes três Estados e os delegados do governo britânico e francês. Logo de seguida, a 8 de Março, anuncia-se a conclusão da redacção do pacto, tendo os três delegados do Benelux chegado a acordo sobre as últimas propostas anglo-francesas para o tratado que incluía um pacto de assistência mútua, válido por 50 anos¹⁷. Ora este pacto, dito de Bruxelas ou da União Ocidental, que previa a cooperação económica dos cinco estados indicados e o auxílio militar imediato em caso de agressão contra um dos membros, foi assinado nesta cidade a 17 de Março de 1948¹⁸. Composto por dez artigos, reafirmam-se no preâmbulo a vontade e a fé nos direitos fundamentais do homem, a defesa dos «princípios democráticos, as liberdades cívicas e individuais, as tradições constitucionais e o respeito pela lei, os quais formam o seu património comum; expressa-se a necessidade de se «cooperar lealmente e de coordenar os seus esforços para [...] a reconstrução da economia europeia» numa base sólida; manifesta-se a vontade de prestarem mutuamente auxílio para garantir a paz e a segurança internacionais e «obstar a qualquer política de agressão»; exprime-se a intenção de impedir que a Alemanha regresse «a uma política de agressão»; e admite-se a possibilidade de se convidarem outros Estados a aderirem ao referido tratado¹⁹.

¹⁷ *Diário de Notícias*, n.º 29475, de 9/3/1948, p. 5.

¹⁸ *Ibidem*, n.º 29484, de 18/3/1948, p. 1 e 5.

¹⁹ Estipulam-se nos vários artigos os seguintes objectivos: harmonizar as políticas das partes contratantes no sentido de se proceder ao levantamento económico da Europa

No início da cooperação europeia do pós-guerra

Animado por este primeiro êxito de cooperação europeia, Spaak declarou que, com este tratado, a organização da Europa fizera progressos consideráveis e se encontrava no bom caminho, concluindo: «Podemos organizar uma Europa com 150 milhões de habitantes, unidos por tradições e cultura comuns [...], tarefa de grande fôlego, mas os obstáculos a vencer não são de natureza a fazer-nos desanimar»²⁰.

Entretanto, a 24 de Abril, o general Koenig, comandante militar da zona de ocupação francesa na Alemanha, declarava, na Haia, que em breve se constituiria um pacto militar entre os cinco países da União Ocidental, com armamento e comando comuns²¹. Ora, a 30 de Abril tem lugar em Londres uma reunião dos Ministros da Defesa do Pacto de Bruxelas, com o objectivo de discutir a política geral para a segurança militar do ocidente da Europa e a possibilidade de se criar uma Comissão Militar Permanente ao abrigo daquele pacto; entre os primeiros assuntos

(art. 1º); congregar esforços para a elevação do nível social e cultural dos povos dos países contratantes (art. 2º); «trazer os seus povos a uma compreensão mais aprofundada dos princípios que se encontram na base da sua civilização comum» (art. 3º); proporcionar o auxílio militar e outro no caso em que uma das partes contratantes fosse objecto de agressão armada na Europa» - auxílio que será prestado de harmonia com as disposições da Carta da O. N. U. -, e comprometer-se a não concluir nenhuma aliança ou compromisso em conflito com o tratado ou contra qualquer das partes signatárias (art. 4º e 5º); acordar em que qualquer divergência será solucionada por via pacífica, levando-a perante o Tribunal Internacional de Justiça. No art. 7º cria-se um Conselho Consultivo permanente «para se concertarem quanto a todas as questões que são objecto do presente tratado», ou «quanto à atitude e às medidas a adoptarem em caso de reatamento da política de agressão por parte da Alemanha, ou quanto a qualquer situação que possa constituir ameaça para a paz, onde quer que seja, ou quanto a qualquer situação que ponha em perigo a estabilidade económica». No art. 9º estabelece-se que «As altas partes contratantes podem de comum acordo decidir convidar qualquer outro Estado a aderir ao presente tratado nas condições que entre eles e o Estado convidado sejam convencionadas». No último artigo (10º) determina-se que o tratado permanecerá em vigor durante cinquenta anos, prazo findo o qual qualquer das partes terá direito a pôr-lhe termo. (In *Diário de Notícias*, n.º 29484, de 18/3/1948, p. 6, onde se publica o texto integral do tratado).

²⁰ *Ibidem*, n.º 29525, de 28/4/1948, p. 5.

²¹ *Ibidem*, n.º 29521, de 24/4/1948, p. 5.

concretos a debater contavam-se a necessidade de uma avaliação do «potencial militar da União Ocidental, contando com o possível fornecimento de armas dos Estados Unidos», a possibilidade de unificação dos armamentos, a hipótese de nomeação de um supremo comandante para as forças armadas da União e a indicação da pessoa para desempenhar este cargo, etc. Indo ao encontro destas questões foi apresentado na reunião um questionário do governo dos Estados Unidos, uma espécie de versão militar do Plano Marshall, que incluía os seguintes pontos: «Primeiro, a amplitude da cooperação militar entre os países da União Ocidental; segundo, a extensão do auxílio militar, incluindo o fornecimento de armas e material de guerra que os Estados terão de proporcionar para a completa segurança da Europa Ocidental em face de qualquer possível ameaça do oriente»²². No início de Maio publicava-se a notícia proveniente de Londres em que se informava que os ministros da Defesa da Bélgica, França, Holanda e Luxemburgo, que assistiram à primeira conferência de segurança militar da União Ocidental, «estabeleceram uma comissão permanente militar das cinco potências de acordo com o pacto de Bruxelas», com sede provável em Londres, e tratariam, entre os primeiros assuntos, «a coordenação das respostas dos cinco governos referentes ao questionário dos Estados Unidos sobre o plano de defesa da Europa Ocidental e das suas necessidades de auxílio militar»²³.

Em Julho noticiava-se, de acordo com declarações do Subsecretário de Estado norte americano, Robert Lovett, que os Estados Unidos iniciaram negociações diplomáticas com os países do Pacto de Bruxelas com vista a estudar o problema de assistência americana para criação duma aliança militar regional na Europa Ocidental²⁴.

²² *Novidades*, n° 17068, de 1/05/1948, p. 5.

²³ *Diário Popular*, de 2/5/48, p. 16.

²⁴ *Diário de Notícias*, n° 29581, de 24/7/1948, p. 5.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

Começavam, entretanto, a manifestar-se em público posições discordantes sobre o sentido e o grau de intensidade do conceito de unidade europeia inerente ao Pacto da União Ocidental. Em 30 de Abril Anthony Edén proferiu um discurso numa reunião do Movimento da Europa Unida onde tornou claro que aquele tratado deve ser considerado como pilar de uma organização mundial, respeitada por todos, indispensável para a salvaguarda da paz, e que tal compromisso da Grã-Bretanha nesse estreitamento de relações entre os países da Europa não só é incompatível como é desejável, nas presentes condições políticas do mundo, para o seu posicionamento em relação à comunidade britânica, e é necessário para o restabelecimento económico e político da vida europeia: «O ocidente europeu próspero e politicamente livre [declarou] eis a resposta ao comunismo»²⁵.

As expectativas que se depositaram em relação à União Ocidental não eram as mesmas para belgas e franceses, de um lado, que viam nela um grande passo e uma plataforma para a unidade europeia, e para os ingleses, do outro, que a entenderam fundamentalmente como um instrumento de segurança atlântica, ponto de vista que acabou por prevalecer; e nesta perspectiva, o Pacto de Bruxelas acabou por funcionar, de facto, como precursor do Pacto do Atlântico. Com efeito, numa declaração de Ernest Bevin, em 5 de Maio, na Câmara dos Comuns, o ministro dos negócios estrangeiros britânico desfez equívocos e considerou perigosa, a propósito daquele pacto, qualquer veleidade de pretensa organização federativa da Europa, tendo acrescentado: «Este Tratado não implica a fusão, seja de que forma for, de soberanias europeias. Também não visa a criação de uma Europa federal. Um projecto desta espécie poderia agradar aos utopistas, mas nos assuntos internacionais temos que manter um sentimento prático das coisas.

²⁵ *Ibidem*, n.º 29528, de 1/5/1948, p. 5.

Comprometemo-nos, voluntariamente, a colocar em comum so o que em comum pode ser posto». Partilhando do mesmo ponto de vista de Bevin, mas com algumas *nuanças* mais favoráveis à perspectiva a médio prazo da possibilidade de uma federação europeia, o primeiro ministro inglês, Clement Attlee, na sequência do discurso daquele, na mesma sessão do parlamento britânico, afirmou que «por fim, teremos de chegar a uma Federação da Europa», acrescentando que «a questão é saber qual será a melhor maneira de caminhar para qualquer forma de Federação», mas concluindo que «o verdadeiro caminho é o que estamos a seguir hoje: tratar de assuntos práticos por forma prática»²⁶.

A questão do aprofundamento do Pacto de Bruxelas colocou-se desde o início: «Desejamos que a União Ocidental desenvolva as relações culturais [declara Bevin no congresso do partido trabalhista britânico, em 19 e 20 de Maio de 1948] e pretendemos também tomar medidas para intensificar as nossas relações; pretendemos abolir os passaportes entre estes países [membros]; supomos que seja necessário um plano de defesa comum». Em 19 de Julho de 1948 realizou-se na Haia uma reunião dos ministros estrangeiros do pacto dos cinco. Entre as preocupações dominantes manifestou-se de forma veemente a necessidade de os participantes definirem e assumirem atitudes comuns, particularmente em matéria de defesa, face às graves questões internacionais (o bloqueio de Berlim pelos soviéticos tinha entretanto ocorrido, a 25 de Junho); criou-se uma comissão de especialistas para tratar das questões relacionadas com a colaboração económica no sentido de se assegurar uma mais forte solidariedade entre os participantes; e foi ainda apresentado por Georges Bidault, ministro dos Estrangeiros de França, um plano para a criação de uma Federação Europeia, tendente a desanuviar a situação internacional, no qual se propunha o estabe-

²⁶ *Ibidem*, n° 29533, de 7/5/1948, p. 1.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

lecimento imediato de uma união aduaneira entre os cinco e, logo que possível, um Parlamento internacional, com representação dos vários Estados²⁷. Algum tempo depois, em princípios de Outubro, são nomeadas as chefias militares para o Conselho de Defesa Permanente da União Ocidental, entretanto criado, para estudarem os problemas técnicos e práticos da defesa da Europa; as nomeações recaíram sobre o marechal Montgomery, como presidente, e sobre mais dois franceses e um britânico, como comandantes chefes das forças terrestres, navais e aéreas, respectivamente²⁸.

Mas a problemática do alargamento suscitou também, desde logo, preocupações: «Sabemos que há outros países dispostos a unirem-se a nós; foi mesmo sugerido que houvesse uma certa pressão para ampliar a união ocidental [declara Bevin]»²⁹. Vários países foram insistentemente apontados como candidatos prováveis a uma próxima adesão, embora quase todos suscitassem problemas de solução mais ou menos difícil: a Itália, os países escandinavos, a Suíça. Mas entre os países indigitados como prioritários contava-se também Portugal que, pela sua situação geo-estratégica, não era facilmente dispensável de uma eventual participação. O mesmo era, de certo modo, válido para a Espanha, mas a sua admissão era muito mais complexa e difícil, tendo em conta o isolamento diplomático em que este estado ibérico se encontrava na Europa: «Numa Europa já fraccionada por tantas divisões, parece indispensável encontrar um lugar para a Espanha. Mas como esquecer um passado ainda tão recente e as declarações tão peremptórias feitas pelo próprio Secretário de Estado Bevin?» - interroga-se o Embaixador

²⁷ *Ibidem*, n.º 29604, 29607 e 29608, de 17, 20 e 21 de Julho de 1948, p. 5, 1 e 5, respectivamente.

²⁸ *Ibidem*, n.º 29680, 29681 e 29684, de 1, 2 e 5 de Outubro de 1948, p. 1, 1 e 1, respectivamente.

²⁹ *Ibidem*, n.º 29547, de 21/5/1948, p 5.

de Portugal em Londres no ofício endereçado ao governo português, em 26 de Janeiro, a propósito da iniciativa daquele ministro britânico para a criação de um pacto ocidental³⁰. Contudo, menos de um mês depois, já a possibilidade de inclusão da Espanha na União Ocidental era timidamente admitida em editorial de 21 de Fevereiro do jornal *Times*, tal como no-lo relata aquele diplomata português: «É interessante notar que pela primeira vez, depois da guerra, vejo colocar-se no *Times* a questão da participação da Espanha no convívio internacional, embora [com] um ponto de interrogação. Mas sem azedume nem recriminações»³¹. Um pouco mais tarde, em carta publicada a 12 de Maio naquele periódico londrino, o antigo adido britânico em Madrid defendia já sem rodeios a admissão do país ibérico vizinho: «Fechar deliberadamente a porta à Espanha constitui um acto de pura sabotagem ao plano de ressurgimento europeu. Isso é absolutamente incompreensível para qualquer pessoa que conheça a Espanha»³².

No ano de 1949 os Cinco prosseguiram as suas reuniões periódicas regulares (trimestrais), mas, se excluirmos a histórica decisão, em finais de Janeiro, de instituir o Conselho da Europa, a actividade realizada não foi relevante: as negociações para a constituição do Pacto do Atlântico e a sua assinatura em Abril reduziram substancialmente a importância estratégica do pacto de Bruxelas. Na sua reunião trimestral de 27-28 de Janeiro analisaram o projecto de criação daquele pacto, já formulado em Washington pelos respectivos embaixadores e pelos representantes dos governos dos Estados Unidos e do Canadá³³. A 23 de Fevereiro dá-se

³⁰ Ofício da Embaixada de Portugal em Londres, de 26/1/1948, MNE, AHD, 2P/A50/M35.

³¹ Ofício da Embaixada de Portugal em Londres, de 25/2/1948, MNE, AHD, 2P/A50/M35.

³² *Diário Popular*, n.º 2071, de 12/5/1948, p. 1.

³³ *Diário de Lisboa*, n.º 9398 e 9399, de 27 e 28/1/1948, respectivamente.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

conhecimento das diligências dos Cinco no âmbito da discussão de um plano único de defesa aérea que comportasse os mesmos tipos de equipamento e métodos de acção, única forma de resposta eficaz para a hipótese de uma guerra³⁴. Na sua reunião de 13 de Março concluem as negociações para o Pacto do Atlântico e pouco depois dá-se conhecimento público do respectivo conteúdo: «[...] o problema [...] consiste em saber como é possível garantir a segurança dos países contra uma potência imperialista e expansionista. [...] Uma declaração prévia rigorosa anuncia que a agressão contra qualquer dos países da aliança é uma agressão contra todos. [...] Para alcançar estes objectivos foi indispensável pôr de parte as tradições professadas da história da América e da Europa: a tradição americana do isolamento e a tradição europeia da desunião. [...] Há dois anos a doutrina Truman prometeu o auxílio americano às nações do Mundo se quisessem defender a sua liberdade. Mas a promessa era vaga e unilateral - a América era a única juiz do seu cumprimento. Decorrido um ano, o pacto de Bruxelas estabeleceu entre as cinco nações europeias os laços de uma defesa comum. Mas o seu âmbito era demasiado restrito para dar aos signatários um sentimento de verdadeira segurança. [...] O Pacto do Atlântico [...] é um programa de acção rápida e urgente. Esse programa impõe a 12 países a obrigação de criarem rapidamente a segurança numa área onde ela não existe. [...] O programa dos armamentos defensivos das nações agora ligadas pelo pacto tem de ser elaborado como se [...] se tratasse apenas de uma nação»³⁵.

A 8 de Abril o Ministério dos Negócios Estrangeiros Francês publicou um comunicado onde constatava que, tendo os Cinco acordado na necessidade de um programa solidário de defesa comum, tal programa

³⁴ *O Século*, nº 24034, 24/2/1949, p. 4.

³⁵ Excertos do artigo com o título «A conclusão do Pacto do Atlântico marca uma data histórica do nosso tempo» do jornal *Observer*, de Londres, reproduzido na *Vida Mundial*, nº 511, ano X, de 26/3/1949, p. 1 e 3.

só se tomaria viável com o indispensável auxílio material dos Estados Unidos da América. Tendo como objectivo a defesa colectiva entre as potências signatárias do Tratado de Bruxelas, o esforço individual, o auxílio mútuo e a acção comum contra o agressor armado deveriam constituir princípios basilares essenciais; uma organização coordenada dos países participantes, a fim de que, em caso de agressão, possam actuar segundo um plano estratégico comum, as transferências de equipamentos militares e matérias-primas para a produção desses equipamentos deveriam processar-se, mediante acordos entre os países participantes, sem quaisquer embaraços nem dificuldades cambiais³⁶. Mas as ambições britânicas sobre o alcance e os objectivos da União Ocidental eram bem mais limitadas: poucos dias após o comunicado ministerial francês, o secretário-geral da Comissão permanente dos Cinco divulgou, por sua vez, a nota seguinte: «um dos fins da organização de defesa da União Ocidental é fomentar uma cooperação íntima e, nomeadamente, a troca de ideias e de métodos entre as forças armadas dos países signatários do Tratado de Bruxelas»³⁷.

Nova reunião do Conselho Consultivo da União Ocidental tem lugar a 18 de Junho no Luxemburgo. Breves e à porta fechada, duas sessões bastaram «para despacharem os assuntos pendentes». Mantidas num certo secretismo, especulou-se sobre a possibilidade da eventual participação da Alemanha ocidental no sistema de defesa comum da União ocidental; ter-se-á acordado também sobre a realização de uma reunião dos ministros das finanças do Pacto de Bruxelas para estudarem o problema do financiamento dos planos militares de defesa comum³⁸. Mas as matérias discutidas mais importantes reportaram-se aos domínios social e cultural:

³⁶ *O Século*, n.º 24077, de 9/4/1949, p. 1 e 4.

³⁷ *Ibidem*, n.º 24082, de 14/4/1949, p. 1.

³⁸ *Diário de Lisboa*, n.º 9538, de 19/6/1949, p. 8.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

recomendação de adopção de disposições convenientes para que os livros e as publicações periódicas sejam considerados mercadorias privilegiadas, para efeitos de entrada em cada um dos cinco países; a possibilidade de contingentes para a compra de arte contemporânea, de visitas de inspectores do ensino das cinco potências, de estágios para funcionários públicos, de equivalência de diplomas de acesso ao ensino superior, de estabelecimento de um cartão cultural que dê facilidades aos seus titulares nas viagens pelos países dos cinco, etc. Segundo declarou, a propósito, o ministro britânico Bevin, as comissões social e cultural produziram «o melhor trabalho construtivo que se tem realizado na Europa Ocidental depois da guerra», num espírito de «uniformidade de pensamento de todos nós», que possibilitará «edificar um real desejo comum de vencer as dificuldades práticas que impedem unidade maior»³⁹. Cerca de um mês depois, a 15 de Julho, reuniram pela quinta vez os ministros da defesa do Pacto de Bruxelas; o comunicado final é bastante vago: «aprovaram um programa que corresponde à preocupação de assegurar a melhor combinação possível [...] das prioridades militares. Aprovaram um plano comum para o esforço da defesa das cinco potências e tomaram medidas para melhorar a eficácia das forças existentes»⁴⁰.

Nova reunião trimestral do Pacto de Bruxelas realizou-se, a 7 de Novembro, em Paris. Foram assinadas duas convenções em matéria social que consagraram o princípio da igualdade de tratamento dos cidadãos dos países membros na aplicação da legislação de segurança social e de assistência⁴¹. A 21 de Dezembro foi assinado em Londres um acordo militar entre os Cinco sobre o estatuto dos elementos das forças armadas de qualquer um dos membros estacionadas em território de outro; entre

³⁹ *O Século*, n.º 24147, de 19/6/1949, p. 5 e 6.

⁴⁰ *Diário de Lisboa*, n.º 9565, de 26/7/1949, p. 12.

⁴¹ *Ibidem*, n.º 9679, de 7/11/1949, p. 12.

outras condições a aplicar, destacam-se as seguintes: os militares ficam isentos da exigência de passaporte, os oficiais terão um cartão de identidade em três línguas (holandês, inglês e francês), as ordens serão formuladas nas três línguas referidas, as violações da lei e os estragos causados a terceiros serão julgados ou resolvidos pelo país hospedeiro⁴².

«As potências do Pacto de Bruxelas continuarão a actuar como agrupamento independente» - escreve-se num jornal português alguns dias após a assinatura do Pacto do Atlântico⁴³. A verdade é que a importância estratégica de defesa da Europa no âmbito daquele primeiro pacto ficou, como se conclui, consideravelmente reduzida, a partir sobretudo da entrada em vigor do segundo, a 24 de Agosto de 1949: «A União Ocidental é praticamente esvaziada da sua substância, os seus órgãos militares são absorvidos pelos comités permanentes atlânticos; sobreviverá, apesar de tudo, com o seu sistema de segurança automática, até à sua profunda renovação em Outubro de 1954»⁴⁴.

⁴² *Ibidem*, nº 9721, de 21/12/1949, p. 1 e 2.

⁴³ *Diário da Manhã*, de 8/4/1949, p. 3.

⁴⁴ Charles Zorgbibe, *Histoire de la construction européenne*, Paris, R. U. R., 1997, p. 19. No mesmo sentido escreve Pierre Gerbert: «L'Union occidentale se trouvait ainsi noyée dans un ensemble plus vaste qui n'était plus européen, mais atlantique. Elle entrera pratiquement en sommeil. Dans le domaine diplomatique et militaire, tout se fera dans le cadre du Pacte atlantique. L'engagement d'assistance mutuelle entre les Cinq subsistait [...] mais les comités militaires et les états-majors du pacte de Bruxelles disparaissaient alors qu'ils auraient pu servir de base à l'édification d'un «pilier européen» de l'Alliance atlantique. Certains dirigeants français l'auraient souhaité, mais les militaires préféraient l'alliance avec les Américains plutôt qu'une organisation européenne dominée par les Britanniques. Surtout, ceux-ci étaient soulagés de se dégager de l'«aventure européenne» pour jouer, dans l'Alliance atlantique, un rôle de direction aux cotés des États-Unis. Les compétences économiques de l'Union occidentale seront transférées à l'OECE, où les Cinq ne parviendront d'ailleurs pas à former un groupement cohérent. Les quelques activités sociales et culturelles seront transférées en 1960 au Conseil de l'Europe (in *La Construction de l'Europe*, 3ème édit., Paris, Imprimerie Nationale, 1999, p. 79-80).

Reacções em Portugal

As repercussões do discurso de Bevin, de 22 de Janeiro, sobre a «União Ocidental» manifestaram-se também em Portugal. Houve, desde logo, quem visse nas declarações do chefe da diplomacia britânica um «eco das profundas considerações» feitas por Salazar, no seu discurso de 25 de Novembro de 1947, sobre o problema da defesa do Ocidente e do grave e angustiante conflito que opunha duas concepções antagónicas de civilização; e quem entendesse que «a nova atitude britânica é vista nestes meios [madrilenos] como triunfo indiscutível da política peninsular em relação à Rússia Soviética»⁴⁵. Assim o reconhece também o Embaixador português em Londres que, a propósito dos comentários produzidos nesta cidade sobre o alcance da proposta de Bevin, entende que o *Times*, no seu editorial de 21 de Fevereiro, «apresenta, nesta matéria, uma concepção que muito se aproxima, creio, daquela que nós próprios defendemos, isto é: nada de planos rígidos ou fórmulas pre-concebidas. A União tem de construir-se e moldar-se tendo em consideração os imperativos de cada país e a contribuição apropriada que possa ser dispensada por cada um. Conta mais o espírito de entendimento existente do que propriamente a forma que se lhe pretende dar»⁴⁶.

O problema do seu alargamento a outros países, nomeadamente a Portugal, colocou-se por diversas vezes. O nosso país foi, aliás, referido no próprio discurso de Bevin que salientou o interesse para a futura «União» de uma possível contribuição portuguesa, na qual pesariam não só os recursos ultramarinos como a experiência e a utilidade da aliança

⁴⁵ Telegrama, de 24/1/1948, enviado pelo Embaixador de Portugal em Madrid, Carneiro Pacheco, citando artigos do jornal *ABC* sobre o discurso de Bevin, MNE, AHD, 2P/A50/M35.

⁴⁶ Of.º., de 25/02/1948, da Embaixada de Portugal em Londres, MNE, AHD, 2P/A50/M35.

luso-britânica⁴⁷. Nas prioridades britânicas, segundo declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros norueguês ao diplomata português em Oslo, o nosso país situar-se-ia, depois do Benelux, em primeiro plano: «Julga ele [observa aquele diplomata] que a Inglaterra está interessada em tratar desde já com países nórdicos a sua entrada na União da Europa Ocidental e que provavelmente só o fará depois de concluídas negociações com Benelux, Itália e Portugal»⁴⁸. Segundo escreve, em 27 de Janeiro, o Embaixador português em Washington, citando referências do *New York Times*, terão sido realizados, desde logo, «preparativos», no quadro da iniciativa de Bevin, «para examinar as possibilidades de uma associação mais estreita» com Portugal⁴⁹. Logo na sequência da assinatura do Tratado de Bruxelas noticiou-se que Portugal e a Itália seriam os próximos candidatos indigitados para ingressar na referida organização, que previa no artigo 4º do respectivo tratado o auxílio mútuo entre os cinco signatários, entrando automaticamente em vigor no caso de um deles ser objecto de agressão por parte da Alemanha ou de qualquer outra potência, incluindo a União Soviética⁵⁰. «O Plano Marshall [escreve-se em Maio no *Diário Popular*] foi o auxílio todo-poderoso do movimento [da união europeia]. Os Estados reunidos em Paris puseram-se de acordo sobre as satisfações a dar ao projecto americano. O Plano já está em realização e,

⁴⁷ Ofº., de 26 de Janeiro de 1948, da Embaixada de Portugal em Londres, MNE, AHD, 2P/A50/M35.

⁴⁸ Telegrama da Legação de Portugal em Oslo, recebido em 4/2/1948, MNE, AHD, 2P/A50/M35.

⁴⁹ Ofº. da Embaixada de Portugal em Washington, de 27/01/1948, MNE, AHD, 2P/A50/M35.

⁵⁰ *Diário de Notícias*, nº 29485, de 19/3/1948, p. 1. Mais tarde, em Maio deste ano, os jornais *Diário Popular* (de 4/5, p. 1 e 5) e *Novidades* (nº 17071, de 5/5/1948, p. 1) noticiavam que «nos círculos políticos de Londres perguntava-se se Bevin viria a discutir a possibilidade da adesão de outros Estados - principalmente Itália e Portugal - na união ocidental: «A possível adesão de Portugal à União Ocidental será hoje discutida nos comuns?» - é o título de primeira página do *Diário Popular*.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

dos dezasseis países que nele participam, cinco uniram-se por tratados mais íntimos e puseram em comum os seus meios de defesa. Tudo leva a crer que Portugal será dentro em breve solicitado para participar nesta liga defensiva, como já participa no pacto económico dos dezasseis. Em toda a parte terá o notável privilégio de ser um país que oferece e nada pede em troca»⁵¹.

Alguns meses mais tarde, em Setembro, defendia-se a necessidade de um pacto europeu que, tendo em conta a importância estratégica da Península Ibérica, interessasse a Portugal; esta declaração surge no debate sobre política externa britânica realizado na Câmara dos Comuns por parte do deputado Buttler que, após o discurso de Bevin, disse: «É necessário algo de mais amplo do que o pacto de Bruxelas, qualquer coisa que inclua a nova Itália, que interesse Portugal e una todos os países que estejam dispostos a defender as nossas convicções. Quem quer que seja que formule esse pacto não deve ignorar a importância estratégica da Península Ibérica, pois teríamos, então, uma força definida no Ocidente, que os russos temeriam»⁵².

No jornal sueco *Aftonbladet*, de 5 de Outubro de 1948, anunciava-se a visita próxima do General Barros Rodrigues, Chefe do Estado Maior do Exército Português, à Grã-Bretanha, o que dava azo a muitas especulações: «Existem já planos [questiona aquele periódico] para ligar Portugal à União Ocidental? Observadores diplomáticos consideram que a curto prazo é mais provável a colaboração de Portugal com a União Ocidental do que a dos três países escandinavos», pelo menos enquanto a Suécia, com a qual a Noruega e a Dinamarca estão unidas por laços indissolúveis, mantiver a sua «estrita linha de neutralidade tradicional». Por via desta “União de defesa” com Portugal e em virtude dos acordos

⁵¹ *Diário Popular*, n.º 2011, de 6/5/1948, p. 1 e 8.

⁵² *Diário de Notícias*, n.º 29672, de 23/9/1948, p. 1.

militares que este país tem com a Inglaterra, a Espanha, que está em vias de concluir um novo pacto de defesa por dez anos com o seu vizinho peninsular, preparar-se-ia assim, segundo aquele jornal, para «entrar na União da Europa ocidental pela porta das traseiras»⁵³.

A visita de Barros Rodrigues a Londres teve lugar a 14 de Outubro. Na capital britânica teve contactos ao mais alto nível, segundo o jornal norueguês *Dagbladet*, de 15 de Outubro, com personalidades políticas e militares do Reino Unido, e conferenciou com o Marechal Visconde Montgomery, há pouco nomeado Presidente da Comissão de Defesa da União Ocidental; o objectivo desta conferência seria, segundo o referido jornal, «discutir a possibilidade de se ligar, o mais aperladamente possível, as forças de defesa da União Ocidental com as de Portugal» - país que se mencionava «como possível sexto membro da aliança política, económica e militar que, em meados de Março deste ano, se formou entre a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo»⁵⁴.

Alguns dias mais tarde, na correspondência diplomática proveniente de Washington informava-se o governo português que, entre as prioridades de convites a endereçar a países europeus para ingresso na União Ocidental, Portugal se situava numa posição confortável: «Também o Pacto de Bruxelas poderá, por sua vez, ser alargado a outros países europeus que presentemente se opõem ao comunismo. Parece até que a Inglaterra já estabeleceu a lista de prioridades dos convites a fazer. Portugal estaria bem classificado nessa lista, pois ocuparia o terceiro lugar, logo a seguir à Islândia. A Irlanda é mencionada em primeiro lugar. A seguir a Portugal, situam-se a Dinamarca e a Noruega que têm manifestado desejo de se aproximar do bloco de Bruxelas. A Suécia seria

⁵³ Recorte do jornal *Aftonbladet*, de 5/10/1948, enviado pela Legação de Portugal em Estocolmo em anexo ao ofício n.º 166 de 6/10/48, AHD, 2P/A50/M39-A.

⁵⁴ Tradução do artigo do citado jornal em anexo ao ofício, com data de 25/10/1948, da Legação de Portugal em Oslo, AHD, 2P/A 50/M37.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

também convidada [...]. Não se faz qualquer referência à Espanha nesta lista»⁵⁵.

Todavia, a 23 de Outubro o jornal norueguês *Norges Handles Og Sjøfartsidende*, baseando-se nas informações do seu colega sueco *Dagens Nyheter*, noticiava que «Portugal e a Noruega aparecem como pontos estratégicos numa nova versão dos planos americanos de um pacto com a Europa»; avançava mais, precisando que «o Sr. Marshall e os seus conselheiros são de opinião que mais facilmente se criará uma frente pacifista europeia contra a expansão soviética se os Estados Unidos e o Canadá entrarem numa aliança militar com as cinco potências de Bruxelas mais aqueles dois Estados “de ala” no Norte e no Sul, em vez de continuar a trabalhar pela concentração de quase todos os Estados europeus fora da esfera soviética»; e concluía rematando que «só daquela forma seria possível evitar as hesitações suecas contra um compromisso directo e bem assim fazer abortar a má vontade de muitos Estados Ocidentais europeus de colaborar com a Espanha pois os resultados a obter seriam praticamente os mesmos que decorreriam de uma colaboração com a Espanha»⁵⁶. Ou seja, os Estados Unidos, descrentes da capacidade de o Pacto de Bruxelas se constituir como verdadeira organização de defesa europeia e de garante da sua própria defesa, tomam a iniciativa de propor uma alternativa intercontinental de defesa que a breve trecho faria do

⁵⁵ Carta da Embaixada de Portugal em Washington ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 26/10/1948, AHD, 2P/A50/M37. Pela mesma altura outras informações diplomáticas no mesmo sentido foram prestadas: «Jornais continuam referindo-se, por notícias originárias de Londres, à futura adesão de Portugal ao Pacto Ocidental» (in telegrama da legação de Portugal em Ankara, de 24/11/48, AMNE 2P/A50/M37); «Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha manifestaram desejos de ver Portugal aderir à União Ocidental» (in *Dagbladet*, de 2/11/48, de Ilhas Faeroe, recorte de jornal enviado em 17/11/48 pela delegação de Portugal em Oslo, AHD, 2P/A50/M37).

⁵⁶ Tradução do referido jornal enviada pela Legação Portuguesa em Oslo, AHD, 2P/A50/M37.

Pacto de Bruxelas quase letra morta e tomaria irrelevante a questão da possibilidade da participação portuguesa na União Ocidental: é o ponto de partida para aquilo que viria a resultar no Pacto do Atlântico, ao qual se viriam a associar todos os Estados considerados de importância estratégica para a defesa do Ocidente.

Com efeito, alguns dias depois, a 28 de Outubro, o Embaixador português em Washinton, Theotónio Pereira, informava o Governo sobre as declarações do Secretário de Estado interino americano, Lovett, respeitantes às negociações de Paris «para o estabelecimento das bases de uma aliança militar entre Estados Unidos, Canadá e Potências da União da Europa Ocidental». Segundo Lovett os cinco do Pacto de Bruxelas concordaram em convidar aqueles dois Estados americanos a juntar-se à aliança, e, assim, os sete formariam o «núcleo inicial da aliança não comunista», mas, logo a seguir, procurar-se-ia incluir outros países tais como Portugal, Islândia, Dinamarca (que controla a Gronelândia), Noruega e Irlanda.

A seguir, em 9 de Novembro, o diplomata português em França, Augusto de Castro, informava o governo acerca da notícia de uma eventual reunião, a realizar brevemente em Londres, de uma comissão composta por sete países, os cinco do pacto de Bruxelas, os Estados Unidos e o Canadá. Destinava-se esta reunião a estudar o Plano dum Pacto de Defesa da Europa Ocidental, apresentado pela França; este país, com efeito, pretendia «fazer triunfar a sua ideia de constituição, em primeiro lugar, duma Aliança Militar, exclusivamente europeia, de que os Estados Unidos e o Canadá fariam parte, para defesa continental da Europa. O pacto Atlântico, obrigando à defesa das vias de comunicação Atlântica, viria em segundo lugar. Isto evitaria encarar imediatamente a questão da Espanha na União Ocidental»⁵⁷.

⁵⁷ AHD, 2P/A50/M37.

No início da cooperação europeia do pos-guerra

Mas o que pensam os portugueses sobre a União Ocidental e a possibilidade de o país a ela aderir? Para o jornal *A Voz*, próximo das posições governamentais, num artigo assinado por António Pinto Leite, a possibilidade de estabelecimento de uma linha de defesa militar junto da “cortina de ferro” para salvação da Europa ocidental, advogada pelo jornal londrino, *The Observer*, não oferece qualquer credibilidade no estado actual de desunião: «como se uma linha de defesa militar, por mais forte que fosse, servisse para alguma coisa enquanto estiverem desunidos aqueles que têm presumivelmente que defendê-la». A solução a encontrar não é material e militar, mas moral e civil; tudo o resto é lirismo: «O que na verdade é primordial é criar-se um forte espírito de corpo entre os povos de todos os países da Europa [...]. A defesa da Europa ocidental não está numa linha de defesa material Trieste-Luebeck. Está numa frente civil europeia compacta e espiritualmente unida. Essa frente formar-se-á. Basta que uma meia dúzia de dirigentes dê provas de bom senso e equilíbrio. [...]. Só o bom senso [...] poderá salvar a Europa. O resto não passa de sonetos que se está constantemente a emendar... e as emendas são cada vez piores. Quando estivermos todos no Olimpo, venham a nós todos os poetas [...]. Mas, por agora, deixem-se de liberdades poéticas. O Mundo quer prosa simples, objectiva, clara e, sobretudo, desapaixonada»⁵⁸. Em editorial do mesmo jornal, alguns dias depois, com o título «A defesa da Europa ocidental», insiste-se na mesma tese, desvalorizando-se o interesse e a eficácia de qualquer estratégia militar «se a retaguarda não for limpa dos núcleos inimigos que a infestam e se *desenvolvem cada vez mais devido à nossa desunião espiritual*». Entende o articulista que, se houver união ocidental, «os russos não avançarão para além da linha que hoje ocupam» porque «Só o farão quando acharem que a Europa Ocidental está definitivamente

⁵⁸ *A Voz*, de 27/4/1948.

desarticulada e suficientemente adiantada a desagregação»; a salvação do Ocidente não passa, pois, pelo estabelecimento «duma linha defensiva *material*», mas pela «criação da *frente civil* espiritualmente unida na retaguarda», da qual «*fazem parte todos os países da Europa*», inclusive a Espanha, que «continua escorraçada»⁵⁹.

Em editorial do *Diário de Notícias*, de 7 de Maio, assume-se uma posição que não é substancialmente diferente daquela que acima se referiu. Apoiam-se - a propósito da reunião em Haia dos delegados dos dezasseis países a fim de discutirem as bases dum «Conselho de Emergência da Europa» e a possibilidade do alargamento e do reforço da União ocidental - as declarações, na Câmara dos Comuns, do ministro britânico dos negócios estrangeiros, Ernest Bevin, desfavoráveis a qualquer pretensa organização federativa da Europa; é esta entendida, segundo o articulista, como «fórmula perigosa (mesmo considerada neste momento apenas como simples aspiração) pelo que contém de utópico»; e acrescenta: «Felicitemo-nos por ver o bom senso ganhar terreno. Congratulemo-nos por ver que o sentimento e a consciência das realidades, mesmo no domínio das especulações de propaganda, triunfam, pondo de parte concepções que, por excessivas, corriam o risco de comprometer uma acção de entendimento ocidental só possível pela própria força das coisas, no limite das contingências geográficas, das condições económicas, da relativa independência e da boa vontade de todos». E mais adiante: «Não vale a pena discutir, sob o ponto de vista do romantismo das ideias ou das perspectivas longínquas da evolução histórica, a velha aspiração dum Europa federada, mais ou menos segundo o modelo americano. Não vale a pena entrar no exame e na discussão das circunstâncias de ordem geográfica, de fisionomia e tradição políticas que distinguem a pluralidade das soberanias europeias

⁵⁹ *Ibidem*, n.º 7593, de 7/5/1948, p. 5.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

- da formação histórica imensamente mais recente e simplista da civilização americana. São discussões que não são para agora e que nenhuma utilidade há, pela sua feição unicamente especulativa, em enxertar numa conduta política, de solidariedade e realidade ocidentais. [...]. Encaminhar o pensamento, útil e indispensável, dum acordo ocidental constituindo uma frente comum de defesa e organização internacionais perante as incertezas, as ameaças e as nuvens que se acastelam sobre a miséria actual e o futuro da Europa - eis uma grande obra internacional que só dentro das realidades e dum espírito de objectividade política poderá ser levada a cabo. É de excelente augúrio que homens responsáveis pelo destino da Europa, superiores a vagos doutrinanismos históricos, assim o compreendam. O discurso do Sr. Bevin mostra que o bom senso retoma os seus direitos - se alguma vez os perdeu»⁶⁰.

A possibilidade de uma união federativa, a partir do Pacto de Bruxelas, como já se propusera por iniciativa francesa, não é decididamente do agrado dos portugueses que se exprimiram através da imprensa: à união europeia contrapõe-se preferencialmente um «entendimento intercontinental e atlântico» do ocidente, alicerçado num verdadeiro espírito ocidental. Tudo o resto não passa de vã e absurda quimera ou de uma congeminação ideológica inconsistente e perigosa - assim o entende o *Diário de Notícias* no seu sugestivo título «Os profetas do Ocidente», em editorial de 7 de Novembro de 1948:

«Política ocidental [...]. Não há vantagem alguma em nos embriagarmos com palavras [...] - organização ocidental [...] que não seja precedida pela formação dum espírito ocidental e acompanhada de uma verdadeira “política ocidental” constituirá mais uma efêmera construção, muito mais ideológica do que real, mais

⁶⁰ *Diário de Notícias*, n.º 29533, de 7/5/1948, p. 1.

perigosa do que proveitosa [...]. Seria absurdo pretender criar [...] um superestado ocidental - mas seria igualmente absurdo fundar uma união ocidental - “sem unidade ocidental”. Os factos recentes demonstram, por agora, uma total ausência dessa unidade não já de interesses [...], mas mesmo de pontos de vista e de perspectivas em questões a despeito de tudo fundamentais. [...]

Política ocidental? Mas onde é que ela existe, como um elemento construtivo e real na paz do Mundo? Fora de discursos e de outras manifestações, mais ou menos decorativas, pode dizer-se que o único acto de verdadeira solidariedade ocidental o devemos à América e se chama o Plano Marshall. Mas se a Europa não encontra, nas suas próprias energias e na consciência do seu destino, a força de dar expressão e unidade à existência dum “espírito ocidental”, tudo o resto será música não celestial mas americana. [...].

Uma realidade europeia será um elemento construtivo no Mundo - mas para que sobreviva uma Europa é mister que nela sobreviva um Ocidente, base moral, espiritual e política dum entendimento intercontinental e atlântico - e não simples parte militar e estratégica de Dois Mundos, desentendidos e hostis»⁶¹.

Qual a posição do governo português sobre o pacto de Bruxelas e a possibilidade de Portugal a ele vir a aderir? Foi formulada poucos dias após a proposta britânica da extensão do tratado de Dunquerque a outros Estados (finais de Janeiro). Numa circular confidencial enviada às embaixadas e delegações, com data de 3 de Fevereiro de 1948, com directivas de política externa portuguesa, a atitude oficial, embora manifestando certas dúvidas e alguma ambiguidade, parece, todavia, muito clara quando defende que não se acredita em quaisquer associações que belisquem a independência dos Estados ou suscitem atropelos às nossas tradições nacionais e à nossa alicerçada história multissecular; a organizações minuciosa e juridicamente formalizadas, de impossível

⁶¹ *Ibidem*, n.º 29716, de 7/11/1948, p. 1.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

realização, preferem-se a simples coordenação de esforços, a cooperação e os entendimentos «de boa-vontade» em questões concretas ou em princípios gerais, com pleno respeito pela soberania de cada Estado. Vale a pena reproduzir o excerto que a esta parte respeita: «União Ocidental. Fomos dos primeiros a apresentar a ideia de coordenação dos países ocidentais, ainda antes de terminada a guerra. Consideramos que os recursos do Continente Africano, na sua quase totalidade nas mãos de países da Europa Ocidental, são elemento primacial para a restauração económica desta. Temos porém receio que se queira ir longe de mais à procura de fórmulas que a alguns países (Escandinávia, Suíça) será difícil ou impossível aceitar. Não julgamos possível uma organização juridicamente delineada [...]. Temos a impressão que se deveria abandonar qualquer prurido de organização perfeita que não julgamos viável e contentarmo-nos com simples entendimento e cooperação de boa-vontade num certo alinhamento geral independentemente de fórmulas rígidas e escritas. A existência da Europa Oriental arregimentada por detrás da cortina de ferro e o medo do comunismo têm tido já como consequência aproximar mais em todos os domínios os restantes países da Europa, mas a união destes últimos não poderá ser feita nas mesmas bases. Primeiro, nenhum país pode representar no Ocidente a hegemonia que a Rússia se atribui. Por outro lado, os países da Europa Ocidental têm as suas características nacionais mais diferenciadas e definidas, enquanto as tradições de independência política da grande maioria dos países do bloco Oriental são ainda muito recentes»⁶².

Os comentários e as reacções da imprensa estrangeira relativamente à situação estratégica de Portugal, ao contributo que este país poderia

⁶² Telegrama-circular sobre «Directivas de política externa portuguesa», enviado do MNE para as embaixadas e legações portuguesas, em 3 de Fevereiro de 1948, in AHD, 2P/A50/M37.

prestar para a defesa da Europa, às opiniões da imprensa portuguesa, dos conferencistas e dos escritores, e à posição oficial sobre aos planos de união ocidental, são por vezes realçados. Com o título de «Portugal y el Proyecto de Unión de los Países del Occidente Europeo», o periódico *El Universal*, da Venezuela, escreve, em Abril de 1948, que, tendo a Conferência de Bruxelas chegado rapidamente à conclusão de que Portugal era o mais favorito dos países a acolher no imediato, as opiniões que reflectem os meios portugueses são pouco optimistas, porque «Para Portugal [...] una unión continental resulta perigrosa»; ressalta o arraigado espírito dos portugueses às tradições e a natural «resistencia que este pueblo ofrece a toda innovación», ingénitamente «orgulioso de su historia»; evidencia o «temor português» perante a possibilidade de se sujeitar a obrigações que comprometam o seu forte sentimento nacional; acrescenta que, sendo muitos aqueles «que calificam de absurda la pretensión de elaborar nuevas tradiciones europeas sobre la base de la abolición del patriotismo clásico», Portugal, ainda que deteste o isolamento, «no está sin embargo decidido a incorporarse al conjunto de países no comunistas al precio del sacrificio de las doctrinas y de las prácticas que integran su perfil nacional»; e conclui que, sendo difícil, quando chegar a hora das opções, convencer os portugueses a que renunciem às suas convicções, «la especial psicología de ciertos países es tal vez el mayor obstáculo com el que se van a encontrar los hombres y los grupos que preconizam la unión de los países del Occidente de Europa»⁶³.

Num outro jornal, o *Daily Telegraph*, Colin Coote escreve que «Portugal é um oásis de calmos progressos no deserto da Europa desorganizada», afirma que «seria inteiramente errado votar Portugal ao ostracismo, so porque não é democrático, segundo a nossa maneira de

⁶³ Recorte do jornal *El Universal* anexo ao ofício nº 163 de 10/4/1948 da Legação de Caracas, AHD, 2P/A50/M37.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

ver, ou só porque não é socialista», considera que «não se pode dizer que Salazar é um ditador» e conclui: «O Dr. Oliveira Salazar encara muito calmamente a União Ocidental. Não acredita que o nacionalismo tenha morrido ou que esteja bastante avançado para tomar qualquer medida prática de organização política super-nacional. Crê que o necessário para a Europa Ocidental é a resistência ao colapso económico e a resistência ao caos político e à tirania, implícita no comunismo»⁶⁴.

Com o sugestivo título «They're vital to the West» analisa-se, no jornal britânico *Newcastle Journal*, de 12 de Outubro de 1948, a importância estratégica dos dois países ibéricos, dando-se principal destaque a Portugal, que administra o quinto maior império do mundo e participa com outros 15 Estados no E.R.P. (Plano Marshall), «although in fact it requires nothing immediately from the Americans»; afirma-se, em relação a Salazar, que «nobody has ever been able to define his regime as Fascist», e que este Professor de Economia, há quase de 21 anos no poder, tem chefiado pacificamente o país com «a formula of government which satisfies the Portuguese»; acrescenta-se que o Chefe do Governo português «has very clearcut views on Western Union» e acredita que, para prevenir uma guerra total que mergulharia a Europa Ocidental numa terrível catástrofe, terá de ser organizada uma resistência moral e física; e conclui-se que Salazar rejeita qualquer ideia de união federal num plano supranacional que, embora teoricamente mais coerente, cedo revelaria a fraqueza dessa construção artificial, e argumenta que a União Ocidental «must be founded “on a basis of understanding and harmony among nationally sovereign States”»⁶⁵.

⁶⁴ Apud *Diário Popular*, n.º 2058, de 22/6/1948, p. 1.

⁶⁵ W. J. Bames, in *Newcastle Journal*, de 12/10/1948, recorte enviado para o MNE pela Embaixada de Portugal em Londres, anexo ao ofício, com data de 19/10/1948, proc. 3/A n.º 936, AHD, 2P/A50/M37.

Bastante mais tarde, em finais de Outubro, o governo tomou posição, sempre cautelosa, acerca das notícias de uma próxima adesão de Portugal ao Pacto Ocidental, veiculadas pela France Press e reproduzidas por diversos órgãos de informação. Num telegrama enviado à Embaixada em Londres o Ministro dos Negócios Estrangeiros declara que tal notícia é recebida com cepticismo e que os compromissos político-militares que Portugal firmou no passado com a Grã-Bretanha e com os Estados Unidos tornam insignificante a nossa eventual participação formal naquela associação. Por outro lado, o facto de a ela se pretender vincular «determinadas formas de organização política europeia», incompatíveis com o apego português às suas tradições de independência nacional, cria uma situação «confusa», suscita as maiores apreensões e reforça as dificuldades da predisposição portuguesa sobre uma eventual adesão. É o seguinte o texto integral do telegrama: «Em meios que reputamos bem informados recebeu-se com cepticismo a notícia difundida ontem pela France Press acerca de estar próxima a adesão de Portugal ao Pacto Ocidental. Afirma-se que exactamente o facto da existência de uma aliança secular com a Inglaterra e das facilidades concedidas aos Estados Unidos é que tomaria, no actual momento e no terreno prático, uma adesão formal de Portugal ao Pacto pouco menos de irrelevante. Julga-se aqui que a situação respeitante à defesa do Ocidente e na parte em que se tem procurado fazer interferir com esta determinadas formas de organização política europeia, é ainda bastante confusa e não pode deixar de suscitar as maiores dúvidas num país muito apegado à sua independência e naturalmente desejoso de não deixar atingir uma concepção de soberania que estende por igual às suas províncias ultramarinas»⁶⁶.

⁶⁶ Telegrama n.º 232 expedido para a Embaixada de Portugal em Londres, em 30/10/1948, AHD, 2P/A50/M37. A nota oficiosa do governo é também expedida para a imprensa que a reproduz em 31/10/1948 (por exemplo, no *Diário Popular*, n.º 2188, de 31/10, p. D-

No início da cooperação europeia do pós-guerra

As reacções estrangeiras a este posicionamento português, divulgado na imprensa portuguesa no dia subsequente ao da expedição do referido telegrama (31 de Outubro), não se fizeram esperar. «Portugal tem dúvidas» é o sugestivo título da notícia publicada no jornal *Hamburger Abendblatt*, de 1 de Novembro, no qual se escreve: «Portugal avalia muito a sua independência e portanto teria fortes hesitações a respeito de uma junção formal com a União da Europa Ocidental [...]. Foi chamado a atenção que Portugal provavelmente não estaria entre as primeiras nações a aderirem à União da Europa Ocidental. Portugal já se acha unido firmemente com o Oeste pelos seus acordos com a Grã-Bretanha e por acordos especiais com os Estados Unidos da América do Norte»⁶⁷. Com o título de «Attitude du Portugal à l'égard de la défense de l'Europe occidentale», o jornal *Istanbul*, de 1 de Novembro, reproduz integralmente a nota governamental publicada na imprensa portuguesa, acrescentando: «une telle mesure [l'adhésion du Portugal] ne se justifierait pas pour le moment, étant donné d'une part l'existence d'une alliance séculaire avec l'Angleterre e d'autre part les facilités accordées aux USA»⁶⁸. Interpretando de forma menos equívoca a posição portuguesa, o jornal das Ilhas Faeroe *Dagbladid*, de 2/11/48, escrevia que «os Estados Unidos e a Grã-Bretanha manifestaram desejos de ver Portugal aderir à União Ocidental», mas que este país «já declarou que não deseja figurar entre os primeiros a aderir a essa união», preferindo «ficar fora dessa associação de nações, por enquanto, segundo o que consta nos círculos daquele país»⁶⁹.

⁶⁷ Tradução da notícia do referido jornal enviada como anexo ao ofício n° 2158/368, proc. 6, de 16/11/1948, AHD, 2P/A50/M37.

⁶⁸ Recorte do referido jornal anexo à correspondência diplomática proveniente de Aneara, AHD, 2P/A50/M37.

⁶⁹ Tradução do recorte do jornal referido, enviada pela delegação de Portugal em Oslo, em anexo ao ofício de 17/11/1948, AHD, 2P/A50/M37.

Apesar da tentativa francesa em reforçar a autonomia do Pacto Ocidental, com a inclusão dos Estados Unidos e do Canadá, sem, paralelamente, se opor à constituição do Pacto do Atlântico, a verdade é que as perspectivas deste - que se configurava, ao contrário daquele, liberto dos “confusos” e promíscuos projectos de união ou federação europeia - ofereciam mais garantias, apesar das dificuldades resultantes dos compromissos com a Espanha, para uma possível adesão de Portugal, mantendo assim o país vinculado aos planos de defesa do Ocidente. Ora, à medida que os projectos tendentes à defesa do Atlântico Norte se clarificavam e se encaminhavam favoravelmente, a posição de Salazar em relação à União Ocidental é assumido de forma mais explícita e menos ambígua. Numa entrevista concedida ao redactor do *Saltzberger*, cujo resumo foi também publicado pelo *New York Times*, de 20 de Novembro, o Presidente do Conselho português terá declarado ser necessário um «verdadeiro bloco Atlântico para a salvação de Portugal e da civilização Ocidental», condenando, ao mesmo tempo, o «progresso da aliança dos países do Ocidente da Europa por ambiciosos e nebulosos projectos de federação europeia»⁷⁰.

A posição estratégica de Portugal para a defesa do Atlântico era de primacial importância, muito dificilmente dispensável, apesar da incompatibilidade do regime com alguns dos princípios políticos e ideológicos que se pretendiam fazer valer na projectada aliança das democracias ocidentais contra o comunismo. Em Janeiro de 1949 declarava-se em Paris e em Bruxelas que estavam a ser feitas diligências e consultas em Portugal, na Irlanda e nos países escandinavos⁷¹ sobre a

⁷⁰ Telegrama recebido da Embaixada de Portugal em Washington, com data de 20/11/1948, sobre “Conversa havida redactor *Saltzberger* com Sua Excelência Presidente do Conselho”, MNE, AHD, 2P/A50/M37.

⁷¹ Os países escandinavos, Dinamarca, Suécia e Noruega, pretenderam demarcar-se quer do pacto de Bruxelas quer do projectado pacto do Atlântico. Fizeram diligências e

No início da cooperação europeia do pós-guerra

possibilidade da adesão destes países ao projectado pacto do Atlântico Norte, o que atrasaria certamente a assinatura e a entrada em vigor do dito pacto⁷². Especulou-se ainda sobre a possibilidade de se constituir um terceiro pacto, o do Mediterrâneo, que completaria o do Atlântico, para favorecer a entrada de Portugal, Espanha, França e Reino Unido, da Itália, da Grécia, da Turquia, de Israel, do Egipto e das possessões francesas e inglesas no Mediterrâneo⁷³. Nos planos estratégicos norte-americanos previa-se o estabelecimento de acordos sobre as ilhas do Atlântico, e Portugal possuía ilhas realmente importantes para essa

realizaram reuniões ao mais alto nível no sentido de analisarem a organização da sua própria defesa: na reunião de Copenhague, a 23 de Janeiro de 1949, discutiram a possibilidade de um acordo sobre a defesa militar comum da Escandinávia e sobre a ligação que poderia ter esse pacto com o pacto do Atlântico e o da União Ocidental; pouco depois, após a reunião de Oslo de 30 de Janeiro de 1949, o comunicado final dizia que, embora se tivesse chegado a um razoável entendimento e unidade de vistas, «as discussões tomaram claro que [...] não é possível conseguir-se o necessário acordo sobre condições e consequências da união de defesa e livre aliança que têm sido discutidas» (in *O Século*, nº 24011, de 31/1/49, p. 2); duas semanas após, a 17 de Fevereiro, o presidente do Conselho sueco, Tage Evlander, declarou que «é fácil afirmar que não poderemos ficar estranhos a uma futura guerra, mas os poderes constituídos da Suécia não partilham essa opinião», tendo acrescentado: «Não chegou ainda o momento de cedermos em tudo e aguardarmos simplesmente que o auxílio nos venha do estrangeiro» (*Cibidem*, nº 24028, de 18/2/49, p. 5). A declaração do ministério dos Negócios Estrangeiros americano de não fornecer armas aos países que não aderissem ao pacto do Atlântico causou um certo pessimismo entre os países escandinavos; em consequência, a Noruega e a Dinamarca ter-se-iam mostrado receptivos a essa adesão, o que não parecia provável para a Suécia, cuja posição tradicional de neutralidade tomava difícil tal possibilidade (in *Diário da Manhã*, de 23/1/49, p. 6). A Rússia chegou a propor à Noruega um pacto de não agressão, o que foi entendido por alguma imprensa como sendo uma proposta semelhante à que Hitler fez aos diversos povos antes de os escravizar (*ibidem*, de 8/2/49, p. 5); na hipótese de uma resposta favorável por parte do governo de Oslo, comenta-se no jornal conservador *Morgenbladet*, aproximaria a Noruega da Rússia e significaria uma derrota para a causa da democracia: «A Noruega tem de fazer uma escolha decisiva», e esta não deveria ser estranha ao pacto do Atlântico (*Diário da Manhã*, de 17/2/49, p. 3).

⁷² *Diário da Manhã*, de 8/1/1949, p. 6.

⁷³ *Ibidem* de 5/2/1949, p. 6. Entre outros Estados, insistiram na defesa de um pacto do Mediterrâneo, paralelo aos dois pactos ocidentais, a Turquia (*ibidem*, de 18/2/49, p. 2) e a Grécia (*ibidem*, de 23/2/49, p. 6).

eventual finalidade, como era o caso dos Açores; acreditava-se em Washington, nos meados de Março, que, embora não fossem ainda conhecidas as intenções do governo português quanto à possibilidade de adesão ao *perspecti vado pacto do Atlântico*, Portugal não desejaria, eventualmente, «alinhar com as outras potências ocidentais»⁷⁴. Mas a questão da possibilidade da cedência de bases estratégicas em tempo de paz e a não inclusão da Espanha, com a qual estabelecera um tratado de aliança e de amizade, eram para Portugal duas das principais razões que fizeram hesitar Salazar e levaram, pela parte portuguesa, ao arrastamento das difíceis negociações para adesão ao pacto do Atlântico: «Diz-se que Portugal [escreve-se num jornal norueguês, a 16 de Março] não participará [no Pacto do Atlântico] se os U.S.A. ou outros Estados atlânticos vierem a pedir bases em Portugal em tempo de paz. Isto não oferece sensação alguma. Mas há outros pontos na declaração portuguesa que merecem atenção, a saber: lamentar-se-á que a Espanha não participa do Pacto. O governo português diz que a exclusão da Espanha significa um enfraquecimento considerável da situação militar na Península Ibérica. Certamente isto é um facto de que tanto os U.S.A. como os outros países do Pacto estão bem cientes. Mas isto não implica que se deva mais ou menos abandonar a própria ideia do Pacto. O Pacto do Atlântico é um pacto de segurança, um pacto de segurança para as democracias - não para as ditaduras, ou para uma mistura de democracias e ditaduras. Pelo contrário são as ditaduras que forçam as democracias a unirem-se. [...]. Mas quanto propriamente a Portugal? Não é Portugal uma ditadura como as outras? A resposta a esta pergunta dificilmente pode ser que não. Mas, mesmo assim, há uma diferença evidente, considerando a questão sob o ponto de vista humanitário e não político. [...]. Não queremos repetir o que frequentemente salientámos quanto à

⁷⁴ *Ibidem*, de 15/3/1949, p. 3; *O Século*, de 15/3/1949, p. 1 e 6.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

Espanha de Franco. Mas uma coisa devia ser bastante evidente: não tendo sido convidada a Espanha para fazer parte da UNO, seria pouco razoável vê-la como membro da União Atlântica - a própria organização da democracia. Mesmo Portugal devia saber isto»⁷⁵.

A 17 de Março anuncia-se em Washington, através de uma curta declaração oficial do governo americano, que os oito Estados promotores da iniciativa do Pacto do Atlântico convidaram Portugal, juntamente com a Itália, a Dinamarca e a Islândia, a aderir e a assinar o documento respectivo⁷⁶. O governo português, informou no dia seguinte o *Diário*

⁷⁵ In *Haugesunds Avis*, de 16/3/1949, recorte do jornal enviado pela Legação de Portugal em Oslo em 27/3/1949, MNE, AHD, 2P/A50/M37. Mas opiniões menos tolerantes em relação ao regime político português e, sem dúvida, desfavoráveis à adesão de Portugal ao pacto do Atlântico foram também expressas, por parte sobretudo de alguma imprensa americana, com o argumento de que sendo o regime vigente em Portugal semelhante ao da Espanha, as razões que faziam excluir este Estado do referido pacto eram igualmente válidas para aquele: «O Portugal de Salazar [escreve-se no *Diário de Notícias*, de New Bedford, de 2/4/1949] é uma das nações da Europa ocidental que está incluída no número das que se propõem para aderir e assinar o Pacto do Atlântico Norte. Até agora, a Espanha de Franco foi excluída desse Pacto [...]. Claro, entre os que com mais afã defendem a admissão da Espanha no Pacto, é o próprio Salazar. Mas - pergunto eu - ainda que saibamos que a Espanha é anticomunista, segue-se daí que ela é antifascista? E é Portugal, sob o regime de Salazar, antifascista? A resposta a estas duas perguntas é um redondo e enfático “NÃO”». É um excerto do recorte do referido jornal enviado ao Governo português pelo Embaixador de Portugal em Washington, com o seguinte comentário: «Trata-se de um artigo do Sr. Ickes, antigo secretário do Interior com Roosevelt e Truman, que veio publicado em vários jornais. Nele se repetem alguns dos mais desprezíveis lugares comuns que têm sido frequentemente glosados contra Portugal e se pretende estabelecer o paralelismo entre o sistema político português e o espanhol para tirar a ilação de que os motivos que levaram os países ocidentais a não permitir o ingresso da Espanha no Pacto do Atlântico subsistiriam também em relação ao nosso país.» (MNE, AHD, 2P/A50/M34).

⁷⁶ *Diário da Manhã*, de 18/3/1949, p. 1. Sobre as razões do convite a Portugal e da relutância da adesão deste país ao Pacto do Atlântico ver António José Telo, «As estratégias para o Atlântico nos anos cinquenta» in *CLIO*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 1, 1996, pp. 127-132. Ver também, sobre o mesmo assunto, Nuno Severi ano Teixeira, «Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do pacto do Atlântico», in *Análise Social*, vol. XXVIII (120), 1993, pp. 64-78.

da Manhã, tinha sido, entretanto, mantido ao corrente do decurso das negociações, tendo solicitado esclarecimentos «para poder definir a sua posição»: «Não pode haver ilusões [comenta-se, a propósito, naquele periódico, em editorial de 18 de Março] sobre os esforços que *os partidos comunistas* hão-de efectuar para diminuir, em benefício das ambições moscovitas, as condições de resistência dos seus próprios países. [...] Convinha, talvez, por isso mesmo, que as nações chamadas pelas circunstâncias da geografia, que as coloca de vigília ao Mar [...], a integrar-se no Pacto do Atlântico, soubessem fazer, antes, o exame de consciência seguro e atento para a salvaguarda dos valores morais e superiores que caracterizam a Europa ou, para além da Europa, a Civilização Ocidental, que se trata, em primeiro lugar, de defender [...]. O Pacto do Atlântico poderá ser um instrumento de vitória se, precisamente, na sua direcção mais alta, não forem esquecidos esses valores espirituais, de cujo triunfo depende o restabelecimento moral do Mundo, atravessado por tantos e tão angustiosos motivos de decadência e desesperança»⁷⁷.

O texto do Pacto do Atlântico foi publicado, em 18 de Março, nas várias capitais da Europa; nos dias subsequentes é aprovado internamente pelos governos de diversos países (Dinamarca, Itália...). Mas o governo português demorou ainda algum tempo a dar a sua resposta. Reuniu por diversas vezes «para estudar o Pacto do Atlântico em todos os aspectos», apesar de, como declarou, ter mantido anteriormente «troca de impressões com Governos inglês e americano», e de ter apresentado «algumas observações e pedidos de esclarecimento que de maneira mais ou menos satisfatória foram prestados». Contudo, em boa verdade, alguns dos quesitos mais polémicos sobre os quais Portugal tinha proposto alterações ou a possibilidade de um regime de excepção não tinham obtido resposta

⁷⁷ *Ibidem*, de 18/3/1949, p. 1.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

favorável: era o caso, nomeadamente, da extensão do pacto aos territórios coloniais, da duração do tratado e das relações com a Espanha. Estes dois últimos pontos revestiram especial «dificuldade»: sobre a duração do tratado o governo considerou que o período de 20 anos era «demasiadamente largo em face da possível evolução da política europeia», sendo «nosso desejo de não nos envolvermos em conflitos da Europa Central» -, e contrapôs um período de 10 anos para assumir «as obrigações do Tratado»; sobre as relações com a Espanha defendeu, por um lado, a inclusão do país vizinho no tratado e manifestou, por outro, «dúvidas se a eventual assinatura do Pacto do Atlântico constituiria facto da natureza dos aludidos no Protocolo de 29 de Julho de 1940», que a Espanha invocou como impeditivo da participação portuguesa no Pacto do Atlântico. Realizaram-se consultas entre os dois governos por iniciativa de Espanha, solicitaram-se esclarecimentos aos governos inglês e americano por parte de Portugal, e «ficou bem claro que o Pacto não é incompatível com Tratados luso-espanhóis existentes ou com qualquer entendimento que os dois Governos porventura julguem conveniente concluir de futuro em matéria de defesa». Quanto ao resto, os «apelos pessoais» de Bevin e Acheson a Salazar foram no sentido de que Portugal assinasse o «Pacto em igualdade de condições com os outros signatários»⁷⁸.

Sem grande margem de manobra, só com a certeza ou a inevitabilidade de ser incluído no Pacto do Atlântico, e muito próximo da respectiva assinatura, Portugal assumiu expressamente a recusa de integrar a União Ocidental, à qual «certas cláusulas [...] poderiam tornar difícil a nossa adesão, que aliás não chegou nunca a ser solicitada» e esclareceu que

⁷⁸ **Telegrama confidencial do MNE enviado às embaixadas e legações de Portugal em todos os países, com excepção de Londres e Wahsington, em 24 de Março de 1949, AHD, 2P/A50/M37.**

«últimamente a matéria relativa à defesa do Pacto de Bruxelas passou a ser tratada, na parte em que nos poderá interessar, nas conversações de Washington para a preparação do Pacto do Atlântico»⁷⁹.

Para o assinar, por parte de Portugal, chega a Nova Iorque o Ministro dos Negocios Estrangeiros, José Caeiro da Matta, que declara aos jornalistas em 1 de Abril: «O meu País dá plena adesão ao Pacto. Portugal sempre esteve com a maior satisfação e com a máxima compreensão ao lado da ideia de um Pacto semelhante que vai contribuir decididamente para a manutenção da paz e da segurança no Mundo [...]»⁸⁰. No acto solene da assinatura, a 4 de Abril, o referido ministro português acentua o seguinte: «Portugal vê neste Pacto não só um instrumento de defesa e de cooperação mas também [...] um precioso instrumento de paz, e considera-se feliz em poder verificar uma vez mais que nenhum dos tratados em que baseia as suas relações externas se encontra em contradição com a sua letra ou o seu espírito»⁸¹. A imprensa portuguesa noticia com grande destaque a assinatura daquele pacto e a adesão de Portugal: «[...] porque ao assumir a nossa parte de responsabilidade na causa superior da defesa do Ocidente, nada mais fazemos do que obedecer às constantes substanciais da nossa História de oitocentos anos e servir como sempre aqueles princípios que, desde o início, comandam a nossa marcha e alentam o nosso esforço civilizador» - escreve-se no *Diário da Manhã*, de 6 de Abril.

⁷⁹ Ofício de resposta do MNE para o Ministro de Portugal em Roma, Dr. Francisco de Calheiros e Meneses, com data de 18/03/1949, proc^o 33,12, n^o 9, AHD, 2P/A50/M37.

⁸⁰ *Diário da Manhã*, de 2/4/1949, p. 1. «Portugal hesitou algum tempo em assinar o Pacto do atlântico Norte devido a que queria ter bem a certeza que a sua soberania não corria riscos de ir por água abaixo [...]. O Governo português não estava disposto a permitir que outras nações tivessem bases militares, navais ou aéreas, nos Açores, em tempo de paz [...]» — escreve-se no mesmo jornal, de 13/4/49, p. 6, em referência à posição de Portugal sobre o Pacto do Atlântico vista pelo *Jornal Português de Oakland*.

⁸¹ *Ibidem*, de 5/4/1949, p. 1.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

A 25 de Julho de 1949 a Assembleia Nacional reúne extraordinariamente para deliberar sobre a ratificação do Pacto do Atlântico. No discurso que proferiu, o Presidente do Conselho justificou perante os deputados as razões que levaram Portugal a aderir ao pacto e desfez as eventuais objecções que contra a adesão puderam ser suscitadas. Com esse objectivo fez considerações sobre a «crise da Europa no presente momento: devastada, empobrecida, dividida, moralmente desfeita, corroída pelo desânimo, a braços com uma desorientação mental e o claro declinar das virtudes em que se formou, muitos perguntam se não são estes sintomas da decadência e se esta não será definitiva: *finis Europæ*». Perante tal situação o perigo que pairava sobre o Velho Continente era, no seu entendimento, mais que evidente: «no estado actual de depauperamento económico, de cansaço moral, de desagregação interna das nações a Ocidente, a Rússia poderia, se quisesse, ou pode, se quiser, levar os seus exércitos, numa arrancada, até à Mancha e aos Pirinéus». Como modificar «tal estado de coisas, que põe em perigo a civilização do Ocidente»? Apenas «pela organização de forças opostas, tanto no terreno militar e económico como no campo moral». Ora «a iniciativa dos Estados Unidos e do Canadá ao promoverem o Pacto do Atlântico Norte veio dar o apoio de força indispensável a uma tal ou qual eficiência da defesa da Europa, ao mesmo tempo que se procurou a respectiva economia com os auxílios directos dos capitais e da técnica americana». Tal iniciativa é tanto mais necessária quanto «A Europa não pode sem o auxílio americano salvar nesta hora o que resta do seu património moral e da sua liberdade; a América sai contrariada do isolamento, filho da suficiência, para, protegendo-se a si própria, socorrer e apoiar a Europa Ocidental, guarda avançada da sua segurança». Neste contexto, perante a hipótese de «uma erupção de leste, que significaria o colapso da Europa e da civilização do Ocidente», Portugal não poderia ficar de fora: «Entendeu-se que, na iminência de tão grande cataclismo,

deveríamos também acudir com a nossa contribuição para o evitar». Pena é que não tenha sido dada igual oportunidade à Espanha, que «deveria ser incluída no Pacto do Atlântico: primeiro, pela falha geográfica e estratégica que a sua ausência traduz; segundo, pela real importância da sua eventual contribuição; por fim, porque o valor prático da mesma adesão de Portugal é diverso conforme a Espanha esteja ou não ligada ao Pacto [... .]»⁸². Com efeito, Salazar analisou ainda a questão de a adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico poder ser considerada um desvio à política externa portuguesa; entendeu, neste domínio, que não só reforçava a aliança luso-britânica como não colidia com os compromissos assumidos para com a Espanha, no âmbito do Tratado Luso-Espanhol de Amizade e não Agressão, de 1939, e do Protocolo que o completou em 1940 - que foram oportunamente salvaguardados e compatibilizados nas conversações com Madrid e nas considerações em Washington; acrescentou ainda que ficou afastada a possibilidade de Portugal se comprometer «a intervir nas desavenças familiares europeias que eventualmente resultassem das próprias condições de paz, em cujo estabelecimento não temos de participar, ou da sequência da política geral, em cuja condução nem sequer temos voz». Também a preocupação de um possível atropelo a direitos soberanos territoriais portugueses foi razoavelmente desanuviada, no que respeita em concreto «à utilização de pontos de apoio em tempo de paz, tão decididos nos encontrávamos a não permitir a criação de servidões indesejáveis em território português. O texto do tratado e os esclarecimentos prestados responderam satisfatoriamente a essa preocupação». Lamenta-se, de qualquer forma, que o referido texto esteja imbuído de algum «conteúdo ideológico»: «A definição dessa ideologia é manifestamente infeliz no preâmbulo do

⁸² «A Espanha deveria ser incluída no Pacto do Atlântico» - reafirma Salazar em declarações à *United Press* (apud *Diário da Manhã*, de 8/4/49, p. 1).

No início da cooperação europeia do pós-guerra

Pacto e sofre da vacuidade ou imprecisão de certas formulas já gastas e perturbadoras, porque empregadas por toda a parte nas mais diversas acepções. [...] Seja como for, sentimo-nos ligados pelas obrigações do Pacto e pela sua finalidade geral, não por afirmações doutrinárias tendentes à uniformização de regimes políticos sobre cujas virtudes no nosso país estamos suficientemente esclarecidos»⁸³. De qualquer forma, conclui, finalmente, Salazar: «Tudo são, porém, coisas de somenos ao lado deste facto fundamental: grande número de países europeus, ameaçados na sua vida e liberdade, contam desde agora com o auxílio dos Estados Unidos e uns com o auxílio dos outros para a defesa do seu património de civilização. Pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes»⁸⁴.

Fazendo eco do discurso de Salazar, o *Diário da Manhã*, sempre fiel à expressão pública dos desígnios do regime, comenta a 27 de Julho: «[...] Mas é evidente que, se assinamos este Pacto para continuarmos a ser, não se há-de julgar que a assinatura nos poderia levar até ao limite de já deixarmos ser [...]»; no dia seguinte, a propósito da ratificação do Pacto do Atlântico - «êxito e consagração de uma política» -, o mesmo jornal conclui: «[...] Nestas condições sente-se que a linha tradicional da nossa política externa, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria portuguesa, está em não nos envolvermos, podendo ser, nas

⁸³ No preâmbulo do texto do Tratado do Atlântico Norte declara-se que «Os Estados partes no presente Tratado, reafirmando a sua fé nos objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas [...]. Determinados a salvaguardar a liberdade dos seus povos, a sua herança comum e a sua civilização, fundadas sobre os princípios da democracia, as liberdades individuais e o reino do direito. [...] Puseram-se de acordo sobre o presente Tratado do Atlântico Norte».

⁸⁴ A. de Oliveira Salazar, «Portugal no Pacto do Atlântico», discurso proferido na Assembleia Nacional em 25 de Julho de 1949, in *Discursos e Notas políticas*, vol. IV (1943-1950), Coimbra, 1951, p. 403-422.

desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico»⁸⁵.

O Tratado do Atlântico Norte entrou em vigor a 24 de Agosto, após todos os Estados signatários o terem ratificado. Portugal e os Estados da Europa ocidental, ficaram, por agora, com o problema da sua defesa colectiva resolvido; mas à custa do chapéu de chuva americano, hipotecando mais uma vez a sua autonomia, e adiando (até quando?) a possibilidade de se constituírem como terceira força face aos dois gigantes, o *yankee* e o bolchevista.

Conclusão

O Pacto de Bruxelas, de 17 de Março de 1948, constitui a primeira organização de cooperação europeia no pós segunda guerra, apesar dos anteriores esforços multilaterais já conseguidos no âmbito da conferência de cooperação económica europeia de Paris - realizada entre 12 de Julho e 22 de Setembro de 1947, como resposta ao Plano Marshall -, que conduzirão, para a gestão deste, à criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) em 16 de Abril de 1948. A União Ocidental e a OECE têm em comum o facto de ambas serem o resultado de pressões americanas, e mesmo de uma imposição no caso da última, respondendo aos objectivos políticos e estratégicos dos Estados Unidos; mas nem por isso deixaram de ser relevantes para que a cooperação europeia se tomasse numa realidade efectiva, superando preconceitos e azedumes, com as benéficas consequências resultantes, directas ou indirectas, para a reconstrução, a defesa e a unidade da Europa ocidental.

O Pacto de Bruxelas, contudo, sofria à partida de algumas debilidades. O entendimento que dele faziam os britânicos e os europeus continentais

⁸⁵ *Diário da Manhã*, de 27 e 28 /7/1949, p. 1.

No início da cooperação europeia do pós-guerra

envolvidos não era coincidente. Se para os primeiros, que tiveram a iniciativa de o propor, com o assentimento da França, aos países do Benelux, o objectivo prioritário era conseguir a colaboração militar dos Estados Unidos e a manutenção da presença destes na Europa continental, já para os franceses e belgas o pacto poderia constituir um passo importante para uma estratégia autónoma de defesa da Europa e um trampolim para a possibilidade de uma unificação europeia - factores que funcionariam simultaneamente como travão não só contra o perigo soviético mas também contra a ameaça, sempre presente, da eventualidade de uma rápida recuperação alemã. Em breve, porém, todos se dão conta que o pacto de assistência mútua, concluído entre os cinco Estados subscritores, tem uma importância militar reduzida: «Não serão os exércitos do Luxemburgo, da Bélgica, da Holanda e da França - países sem grande potencial industrial - que poderão constituir força suficiente para deter as forças soviéticas, polacas e jugoslavas para além da “cortina de ferro”, se elas tentassem passá-la, e muito menos de as repelir para dentro das estepes russas. O pacto, em si, pouco valor militar apresentaria, se não tivesse como apoio o imenso poder industrial dos Estados Unidos e a sua cooperação militar»⁸⁶.

É nesta perspectiva que os Cinco, por intermédio sobretudo de Paul Henri Spaak, colocaram o problema a Washington, ao solicitarem assistência militar para fazer face ao avanço do comunismo. Se, como se afirmava nos Estados Unidos, a detenção do comunismo só se tomava viável se o Plano Marshall fosse complementado com a ajuda militar, seria de esperar que a América se disponibilizasse imediatamente para prestar esse auxílio logo que foi solicitado num quadro multilateral

⁸⁶ Artigo de Lello Portella, com o título de «Os objecti vos políticos do Plano Marshall — a orientação da assistência americana baseia-se na “política de bases estratégicas”», in *Sol* n° 166, de 8/5/1948, p. 7.

Europeu, condição que aquele país considerava necessária para prestar qualquer forma de ajuda substancial. Mas não foi na realidade o que aconteceu. Postos perante o pedido dos Cinco, Washington desfez-se em desculpas: que a constituição americana não permitia alianças militares, que, de qualquer forma, as tropas americanas estavam estacionadas na Alemanha, entre a Rússia e a Europa Ocidental, e qualquer avanço soviético na direcção desta envolveria de imediato os Estados Unidos, mesmo sem existir qualquer compromisso formal. Mas não deixaram de fazer subentender aos países interessados, através sobretudo da imprensa americana e de algumas actuações do Congresso, que um efectivo apoio americano não poderia viabilizar-se sem a utilização de bases estratégicas possuídas pelos países europeus; fizeram notar, por outro lado, que a América não poderia limitar a sua ajuda apenas a cinco países porque tal garantia poderia ser entendida pela Rússia como um desinteresse pela sorte dos outros; e tomaram claro, finalmente, que, antes de ser consumada a ajuda americana, a “União Europeia” teria de ser alargada de forma a incluir outros Estados europeus do sul mediterrânico e do norte escandinavo.

Com efeito, por detrás da relutância americana em dar garantias formais às solicitações europeias e da insistência para que a Europa avançasse mais decididamente para uma cooperação mais estreita, não só económica como política, existiam outros desígnios. Nos planos estratégicos norte-americanos a Europa constituía a sua linha de defesa, e o estabelecimento de bases aéreas e navais nos respectivos territórios tanto metropolitanos como coloniais era indispensável para garantir a segurança daquela barreira defensiva e, como consequência, era condição necessária que qualquer promessa de assistência mútua à Europa Ocidental tivesse em conta a consecução daquele objectivo. E aqui se situava o nó górdio da questão: se os países europeus poderiam admitir a ocupação de bases estratégicas em caso de conflito aberto, não parecia

No início da cooperação europeia do pós-guerra

viável que essa ocupação se fizesse em tempo de paz; nenhum Estado estaria disposto, como princípio, a perder ou a ver reduzido o direito de soberania sobre territórios seus, a não ser que circunstâncias muito excepcionais verdadeiramente o justificassem; e, mesmo assim, tal ocupação, em tempo de guerra, teria de processar-se numa perspectiva comum.

Os americanos terão entendido isso. E entenderam também, que face à dificuldade, se não mesmo à impossibilidade, de obtenção de *direito* de bases por intermédio de negociações bilaterais ou de instrumentos multilaterais, o mais razoável seria contornar o obstáculo de modo a atingir-se o estabelecimento de pactos que conduzissem à ocupação *de facto*. Para esse efeito convinha que fossem celebrados tratados de assistência militar que sancionassem o princípio da «ocupação preventiva», a realizar-se em período de «guerra iminente». Através de uma campanha bem conduzida tomar-se-ia possível criar uma atmosfera de conflito que justificasse a ocupação preventiva; e, em sentido inverso, idêntica «acção psicológica» poderia «evitar a guerra, mantendo, contudo, o *clima* que justifique a *ocupação preventiva*, por ter sido ela que evitou o conflito»⁸⁷.

Ora é neste contexto que terá de situar-se a relativa ineficácia do Pacto de Bruxelas e o aparecimento do Pacto do Atlântico; aquele ficaria ultrapassado e *adormecido* com a aprovação e a entrada em vigor deste, até ser reactivado pela UEO (União da Europa Ocidental, criada pelos acordos de Paris de 23 de Outubro de 1954), que passou a incluir também a Alemanha e a Itália, na sequência imediata da rejeição da CED (Comunidade Europeia de Defesa) pela Assembleia Nacional francesa. A França ainda tentou fazer valer uma estratégia europeia autónoma, sem, todavia, poder dispensar a colaboração dos Estados Unidos, mas

⁸⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 7 e 9, citando os jornais americanos *New York Times*, *Herald Tribune* e *News Week*

não foi bem sucedida no seu projecto. As conversações, numa primeira fase, entre a América, o Canadá e o Reino Unido, estabeleceram o quadro geral daquilo que se tornaria o Tratado do Atlântico Norte, indo de encontro aos desígnios americanos; restaria apenas fazê-lo aceitar na Europa, nomeadamente a todos os países que, pela sua posição geográfica, eram importantes para a realização da estratégia americana de defesa. Nesses países encontrava-se Portugal.

A iniciativa da Grã-Bretanha, por intermédio do ministro Ernest Bevin, de 22 de Janeiro de 1948, quando sugeriu a União Ocidental que viria a resultar no Tratado de Bruxelas, não se afastava, enquanto concebida como base de uma aliança atlântica, da perspectiva americana, e terá sido eventualmente influenciada por ela, mas complementava-a com uma projecção ultramarina, que convinha aos seus interesses de potência imperial. A imprensa portuguesa é em geral elogiosa em relação a esta proposta, dada alguma afinidade de interesses, e houve mesmo quem entendesse que ela convergia no sentido das posições que Portugal vinha defendendo. Não surpreende, pois, que Portugal tenha sido sugerido com alguma insistência, e desde logo no próprio discurso de Bevin, como país passível de ser associado à União Ocidental, dada a sua posição geográfica necessária para a defesa do flanco sul da Europa e dado o facto de possuir ilhas no Atlântico (Açores) de valor estratégico fundamental, comprovado durante a guerra; esta valorização da localização de Portugal era tanto mais defensável e desejável quanto a hipótese de uma inclusão da Espanha num qualquer concerto europeu era liminarmente recusada pelas potências do continente.

Todavia, uma vez constituído o pacto de Bruxelas, este revelar-se-ia, apesar do inevitável esforço de moderação britânico, com ambições mais vastas e potencialmente prenunciadoras de uma união mais estreita entre os países democráticos da Europa Ocidental, dadas as iniciativas afins da parceria franco-belga. E aqui residia exactamente o problema: Salazar

No início da cooperação europeia do pós-guerra

não pretendia envolver-se numa promíscua associação de Estados com regimes que lhe eram politicamente hostis, com objectivos que se apresentavam como «nebulosos» e com eventuais consequências que se configuravam como indesejáveis. Por isso o governo faz saber desde logo ao seu corpo diplomático, poucos dias após a referida sugestão britânica, que Portugal não está disposto a «ir longe de mais» no eventual estabelecimento de «uma organização perfeita» com base em «fórmulas rígidas e escritas»; não recusa, porém, um entendimento ocidental, que aliás tem defendido, desde que este se limite a uma mera «cooperação de boa-vontade» e considere a exploração dos recursos africanos como base para o restabelecimento económico da Europa. Portugal, a despeito das iniciativas bilaterais que estabeleceu no passado e reforça no presente com alguns países (Reino Unido, Estados Unidos, Espanha), sabe que, com o possível avanço do comunismo, dificilmente poderá excluir-se dum eventual conluio ocidental; teme-o é certo («temos receio»), manifesta «dúvidas», mas ousa também definir algumas regras do jogo, ciente como está de que dificilmente a Europa poderá arquitectar um plano eficaz de defesa dispensando o contributo português resultante da situação geográfica e das vantagens territoriais do nosso país. Ao mesmo tempo que envia representantes em missões exploratórias a países nórdicos europeus (é o caso da visita a Londres do general Barros Rodrigues), faz-se rogado, põe cautelosamente condições, defende determinados princípios e difunde, através da imprensa - em finais de Outubro de 1948 (quando já eram conhecidas as diligências tripartidas, dos Estados Unidos, do Canadá e da Grã-Bretanha, para a possibilidade de criação do Pacto do Atlântico) -, uma nota que, sendo de facto oficial, faz parecer que não é oficialmente a posição do governo. Nela, como se viu, a propósito de notícias divulgadas pela France Press sobre a possibilidade de «estar próxima a adesão de Portugal ao Pacto Ocidental», desvaloriza a imprescindibilidade dessa participação portuguesa, não só pelos já

referidos compromissos de defesa e de concessões militares assumidos com outros países, mas também e sobretudo porque os objectivos da União Ocidental, além de confusos, parecem perspectivar-se no sentido de uma organização política que suscita as «maiores dúvidas num país muito apegado à sua independência» e cioso da sua soberania que «estende por igual às suas províncias ultramarinas».

A alternativa projectada no Pacto do Atlântico ocorre no momento oportuno. Quando as pressões internacionais, através da imprensa e de declarações públicas, mais salientavam a necessidade de Portugal ter de integrar ou, sob qualquer forma, associar-se ao Pacto de Bruxelas, surgem os contactos e as negociações tendentes à criação do Tratado do Atlântico Norte - objectivo que Salazar encara sem entusiasmo, com suspeição e com exigências reivindicativas (entrada da Espanha, não ocupação de bases estratégicas em tempo de paz, extensão do pacto às colónias, entre outras). Mas a sua margem de manobra era mínima, ou mesmo nula, e a pressão externa, americana e britânica, fizeram o resto. Contrafeito, Portugal, na pessoa do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Mata, lá foi a Washington assinar o pacto a 1 de Abril de 1949, que nem por ser dia das mentiras, deixou mesmo de tomar-se verdade: pelos finais de Julho subsequente, a Assembleia Nacional ratificou integralmente o texto, apesar de no seu preâmbulo se fazer profissão de fé «nos objectivos e nos princípios da Carta das Nações Unidas» - organização para a qual não deixaram Portugal entrar-, e na salvaguarda e respeito dos valores da «democracia, das liberdades individuais e do reino do direito». Mas acabaria por colher vantagens.

Com efeito, Portugal, ao subscrever o Pacto do Atlântico, apesar das hesitações e desconfianças de permeio, desembaraçou-se da eventual possibilidade de um outro bem mais difícil compromisso - o do Pacto Ocidental -, para o qual foi pressionado, como se disse, a aderir, embora não tivesse sido formalmente convidado. Manifestou dúvidas enquanto

não pôde recusar liminarmente qualquer hipótese de adesão; rejeitou-a e subestimou o significado de uma tal aliança europeia quando confortavelmente o pôde fazer, porque outra alternativa, mais credível e, apesar de tudo, menos incômoda, se lhe proporcionou: «Os acordos entre a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo, com seus desenvolvimentos económicos futuros, não poderiam ser considerados senão como princípio de organização a Ocidente; e o mais vasto agrupamento daqueles com a França e a Grã-Bretanha, para constituírem a União Ocidental, mesmo que fosse possível conciliar o grupo escandinavo e obter o apoio da Itália, era manifestamente insuficiente e desprovido de meios de acção para os fins em vista» - declarou Salazar a 25 de Julho no discurso de ratificação do Tratado do Atlântico Norte na Assembleia Nacional⁸⁸.

Mas ao aderir como membro fundador ao Tratado do Atlântico o governo português reforçou a sua posição externa e deu um passo importante para - sem se comprometer nos arranjos da cooperação e unidade europeias, que encarou sempre com persistente relutância - integrar Portugal no concerto das nações ocidentais e nele ser aceite como parceiro respeitado. Não é impunemente que o prestigiado *Times* escreve, num estudo acerca de Portugal, alguns dias após a ratificação do tratado neste país, o seguinte: «Apesar de tudo o que se tem dito a respeito das teses políticas do Governo português, ninguém pode negar que a vida deste não foi assinalada por nenhum grande acontecimento, em contraste evidente com as ditaduras italiana, alemã e espanhola, às quais foi, por várias vezes, comparado». Analisando de seguida a situação económica, social e política do país, aquele periódico londrino continua: «Sempre um pouco sensível com a independência das pequenas nações, cioso da sua própria cultura [...], Portugal tem olhado, até agora, com desconfiança, a União Ocidental, e considerou uma cooperação de tão

grande envergadura mais uma absorção do que expansão. Este país é susceptível de desempenhar, agora, um papel mais activo dentro da OECE»; e conclui, afirmando: «A sua participação crescente em todos os negócios da Europa Ocidental só pode redundar em benefício de todos os interessados»⁸⁹.

⁸⁹ Apud *O Século*, nº 24194, de 5/8/1949, p. 1 e 2.